ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2022

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois pelas nove horas e trinta e cinco minutos no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 2ª sessão ordinária. Presidiu aos trabalhos o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Rita Belo Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa determinou que se procedesse à chamada e verificaram-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna, Cidália de Lurdes Correia Parreira, Carlos Jorge Belerique Ormonde, Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Emanuel de Jesus Rocha Garcia, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, João Carlos Amador Lopes Mateus, João Manuel Machado Enes, João Paulo da Costa Moniz, José Luís Ferreira Parreira, José Miguel de Freitas Toste, Marcelo Leal Pamplona, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Paulo Alexandre Ávila Fagundes, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Rita Belo Santos, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Sandra da Silva Mendes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

Alberto Gonçalves de Melo, Bruno Miguel Ferreira Fagundes, Carlos Henrique da Costa Neves, César Alexandre Pacheco Medeiros, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Guilherme Carlos da Rocha Bizarro, Luciva Ventura, Luís Manual Mendes Leal, Luísa Brasil Peixoto Lourenço, Luísa da Costa Barcelos, Magda Patrícia Ferreira de Ávila, Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa, Mário José Martins Cardoso, Séfora Veríssimo Costa, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:

André Melo Castro, Michéle Soveta Aguiar, Nuno Alberto Lopes Melo Alves, Vítor Bruno Costa Pereira (em substituição do deputado do PPM).

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha, Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim, Maurício Manuel Lima Toledo, Sandra Maria de Sousa Garcia.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 1ª sessão ordinária do dia 25 de fevereiro de 2022 foi aprovada por maioria com 2 abstenções.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Bom dia senhor presidente e restantes elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

No fim da semana passada e, segundo penso, de uma forma um pouco inesperada, foi aprovado na Assembleia Legislativa da região autónoma dos Açores, um diploma estabelecendo uma taxa turística para toda a região. Fomos seguindo a questão com atenção e opomo-nos terminantemente à existência dessa taxa regional porque é uso e costume em todo o país que a criação das taxas de turismo seja da responsabilidade das câmaras municipais e os concelhos da região autónoma dos Açores diferem muito entre si. Pensamos tratar-se de um esbulho da competência desta Câmara e desta Assembleia Municipal e consideramos não ser o momento oportuno por estarmos numa fase de saída da Covid-19. Esta Taxa Regional de Turismo trata coisas diferentes de maneira igual e todas as entidades consultadas deram parecer negativo acerca da sua criação.

Desconheço a tomada de posição da Câmara Municipal de Angra na reunião da Associação de Municípios ocorrida ontem, por isso partilho convosco este meu ponto de vista, procurando recolher a sensibilidade dos vários grupos políticos da Câmara e da Assembleia Municipal em relação a esta matéria.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhoras e senhores vereadores.

Fazendo uma espécie de resenha histórica, em boa parte, esta questão nasceu aqui quando a Câmara do Comércio, numa reunião em que participou com a Câmara Municipal, apresentou a proposta da criação de uma taxa turística municipal que é tradição visto que, até aos anos 90 do século passado, existiu um imposto de turismo que era uma receita municipal, e desapareceu com a última reforma fiscal juntamente com o imposto profissional e os impostos sobre a economia. As câmaras municipais acabaram por ser ressarcidas pelo desaparecimento desse imposto através da sua participação nas receitas do Estado.

Em anos recentes e um pouco por todo o país, os municípios passaram a aplicar uma taxa turística com fórmulas e valores diferentes, uma tendência que tem vindo a ganhar algum ímpeto a nível nacional e europeu, mas sempre enquanto taxa municipal. Estas taxas têm como racionalidade, ressarcir os municípios dos custos extra que incorrem pela visitação

dos turistas devido ao aumento da produção de lixo e um maior consumo de água, além de um conjunto de outros serviços.

Um imposto é uma questão abstrata que é imposta pelo Estado e uma taxa deve estar sempre associada a um gasto ou consumo concreto, tratando-se do ressarcimento de um serviço efetivamente prestado pela entidade cobradora da taxa. Essa distinção é essencial e a única entidade com competência para a criação de impostos é a Assembleia da República. As taxas podem ser criadas pelos municípios através das assembleias municipais ou pela região, através do seu parlamento, nunca podendo ser criado um imposto.

Esta destrinça entre a competência da criação de impostos e de taxas poderá eventualmente levar a que o diploma que foi aprovado na Assembleia Legislativa Regional seja considerado inconstitucional, exatamente por violar esta questão, podendo tratar-se de um imposto e não concretamente de uma taxa, porque é muito difícil estabelecer um nexo direto causal entre o valor que seria cobrado ao turista e a prestação de um qualquer serviço concreto que, ao nível municipal é evidente e claro, por isso esta aprovação na Assembleia Legislativa Regional foi uma surpresa para o município de Angra.

Por não ser possível nem adequada a criação deste tipo de taxas apenas num município da ilha sem que o outro acompanhe, tínhamos iniciado um diálogo com a Câmara do Comércio e com o município da Praia da Vitória no sentido de analisarmos a adequação da criação de uma taxa turística, o que só poderia ser feito na altura própria.

Do ponto de vista legal, os municípios apenas poderão criar este tipo de taxas no início do seu ciclo orçamental, ou seja, na aprovação do orçamento. O assunto teria que ser presente à Assembleia Municipal em outubro ou novembro na apresentação do orçamento para 2023. Era esse o ponto em que estávamos quando fomos claramente ultrapassados e surpreendidos por este desfecho porque julguei que a proposta apresentada pelo PAN não teria acolhimento na Assembleia Legislativa Regional e estava longe de pensar que as coisas tomariam este rumo.

Na reunião da Assembleia Intermunicipal que se realizou na Madalena, o município de Angra tomou generalizadamente a mesma posição que os restantes municípios, dizendo que não estamos de acordo com a criação da taxa a nível regional e, sendo considerada, a questão terá que ser discutida nas assembleias municipais em função da situação concreta de cada município. Foi também essa a posição que resultou da Associação de Municípios que foi tornada pública ontem pelo seu presidente, o meu colega presidente da Câmara Municipal da Madalena.

Vamos aguardar pelo desfecho deste decreto, que terá que ser sujeito a análise por parte do senhor Representante da República, para decidirmos se prosseguimos com o que tínhamos em andamento em diálogo com a Câmara do Comércio e o município da Praia da Vitória, sendo certo que, no que diz respeito ao nosso município, qualquer decisão que venha a ser tomada neste sentido, acontecerá aqui na Assembleia Municipal aquando da aprovação do orçamento para 2023.

Uma eventual taxa turística terá que ser municipal e aprovada pela respetiva Assembleia Municipal, uma posição que é consensual entre os municípios do arquipélago. A Câmara de Angra está de corpo e alma neste entendimento mas creio que devemos aguardar pela

tomada de posição por parte de quem tem a competência para promulgar o decreto e assim conhecermos o destino desta iniciativa parlamentar. Poderemos tomar uma posição mais circunstanciada em próximas sessões da Assembleia com informações concretas em relação ao município da Praia da Vitória.

Sra. d. m. Luísa Lourenço – Senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados desta Assembleia, muito bom dia a todos.

O senhor presidente da Câmara referiu na última sessão da Assembleia Municipal que a Câmara teria recebido um processo de contraordenação remetido pelo Governo Regional devido a uma intervenção feita na zona de Banhos da Vila Maria e disponibilizou de imediato o ofício remetido pela Inspeção Regional do Ambiente sobre o assunto. Tendo em conta que o prazo foi já ultrapassado, pergunto se ainda é possível o acesso a toda a informação, assim como à resposta que foi dada pela autarquia a esta entidade.

Sr. presidente da Câmara – Basta o tempo necessário para pedir aqui ao lado de trás que lhe enviem o processo.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Gostaria de manifestar o gosto em constatar a nossa posição coincidente em relação a esta taxação do turista, o que torna as coisas mais fáceis. Visto que todo este processo se desenvolveu após a nossa Conferência de Líderes e por terem sido já ultrapassados todos os prazos, não seria possível acrescentar um ponto acerca desta matéria na nossa Ordem de Trabalhos de hoje. Contudo, e sendo necessário, temos preparado um voto de protesto dando conta da posição já aqui afirmada por mim e pelo senhor presidente da Câmara.

A oportunidade e o tempo também marcam em termos de atuação política, o que me leva a deixar à consideração do senhor presidente da Mesa e dos restantes membros da Assembleia, a possibilidade de aceitarem a introdução de um ponto em jeito de voto de protesto por esta legislação – se assim lhe posso chamar – receando que possa vir a ser tardio o agendamento desta manifestação para uma próxima sessão desta Assembleia.

Sra. d. m. Marília Vargas – Desejo um bom dia ao senhor presidente e restantes membros da Mesa da Assembleia, ao senhor presidente da Câmara e ao executivo camarário, a todas as senhores e senhores deputados municipais.

Penso estarmos todos de acordo que se trata de uma situação sensível que deveria ser discutida em sede própria na Assembleia Municipal. Existem dúvidas acerca da competência da ALR para agir neste poder local ao implementar uma taxa destas e parece-me um pouco precipitada a discussão sobre o assunto, uma vez que esta decisão terá ainda que ser validada pelo senhor Representante da República e estamos a aguardar uma tomada de posição por parte da Associação de Municípios. Penso que devemos adiar esta discussão, eventualmente para uma próxima sessão desta Assembleia porque, decerto, muito irá ainda acontecer.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Agradeço a posição manifestada pela líder da bancada municipal do Partido Socialista. Uma tomada de posição unânime por parte desta Assembleia teria naturalmente peso político e não estando assegurada a sua aprovação, não apresentarei

agora a proposta, deixando-a para discussão posterior. No entanto, gostaria que a mesma fosse considerada na ata como tendo sido apresentada pelo grupo municipal da Coligação, tal como o desenvolvimento do debate que aqui tivemos que é também por si uma posição política.

Há pouco segui com atenção a intervenção da minha colega de bancada Luísa Lourenço e a pronta resposta e disponibilização por parte do senhor presidente da Câmara, do processo respeitante à intervenção feita na Vila Maria. Pergunto se a Câmara Municipal pagou a coima e qual o ponto da situação acerca da evolução de todo esse processo.

Sr. presidente da Câmara – O município não pagou nem tem qualquer intenção de pagar. Foi apresentada a defesa necessária que chegará em breve e creio que o assunto deve ter morrido por aí, até porque as questões são tão evidentes que nem é de esperar outra qualquer posição, e seria do meu conhecimento se algo nos tivesse chegado nestes últimos dias. Não houve nenhuma decisão formal por parte da entidade competente na pessoa do senhor Secretário Regional do Ambiente e das Alterações Climáticas. Que eu saiba, o senhor Secretário não se pronunciou sobre o assunto que é de somenos importância e será provavelmente arquivado; não o sendo, o caminho a seguir serão os tribunais, como é normal nestas situações.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura integral dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de fevereiro a 31 de março de 2022, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A atividade do município manteve a sua estabilidade durante este período. Do ponto de vista de infraestruturas, o destaque será a reabertura das piscinas municipais que estiveram encerradas durante cerca de um ano. Das piscinas antigas, ficaram apenas as paredes e foi ali feito um investimento muito grande com a substituição total dos equipamentos, vãos, portas, janelas e tetos com vista a melhorar o isolamento térmico. Com esta renovação total melhorou-se imenso a capacidade de funcionamento daquela estrutura e a qualidade do ar interior. Os que frequentavam aquele espaço lembram-se que o teto estava sempre a pingar porque o ar estava saturado de humidade e agora as piscinas funcionam em muito melhores condições. O equipamento anterior estava obsoleto porque datava dos anos 90 e levava já 23 anos de funcionamento, daí a extrema necessidade deste investimento que nos trouxe umas piscinas praticamente novas com grande eficiência térmica.

O mesmo terá que ser feito no Bowling, cujos equipamentos estão a atingir a obsolescência, ou seja, o fim da sua vida útil, e é já muito complexo encontrar peças de substituição. A breve trecho será necessário substituir as pistas e a maquinaria que também já se aproxima dos trinta anos de utilização e não há condições para a manter em bom funcionamento, o que implicará um investimento na casa do meio milhão de euros que está neste momento a ser preparado.

Ainda na área desportiva, concluiu-se a instalação dos novos pisos e da iluminação dos campos de jogos da Ribeirinha e de São Mateus e no ano anterior tínhamos feito a renovação de um campo no Porto Judeu. Nesta altura os campos municipais dispõem de pavimentos em excelentes condições e aproveitámos também para adquirir novos equipamentos para a manutenção dos campos que já estão em funcionamento.

Uma das obras que demorou algum tempo a concluir foi a vedação do Bailão com a colocação do respetivo gradeamento, o que permite utilizar aquele espaço sempre que for necessário porque já não é preciso colocar todos aqueles taipais em torno do recinto, algo que era muito complicado para a organização das Sanjoaninas. Não era também exequível fazer ali concertos fora da altura das festas porque era necessário um grande investimento no aluguer de taipais de obras um pouco por toda a ilha, o que deixava aquele espaço com um ar um pouco abarracado. A partir de agora basta colocar uma tela ao longo do gradeamento, o que permite dar um uso continuado ao Bailão.

A construção do terminal rodoviário ali ao lado leva algum atraso, assim como todas as obras do município e outras particulares, mas está a avançar a um ritmo razoável, as coisas aproximam-se rapidamente do fim e provavelmente será possível fazer a transferência do terminal de autocarros para aquela nova estrutura no final deste verão.

Ainda neste período foi inaugurado na entrada do Relvão o novo monumento do Gungunhana em homenagem aos presos políticos e aos exilados. Trata-se de um elemento criado por um artista internacional de grande reputação que veio trazer mais um ponto de interesse à cidade, enriquecendo substantivamente o nosso património.

No que diz respeito às estradas, uma área particularmente sensível, as coisas têm vindo a decorrer com alguma lentidão e uma parte das obras que deveriam ter sido feitas em 2021, ficaram concluídas agora. As intervenções mais relevantes decorreram no Porto Judeu, em São Sebastião e um pouco na Ribeirinha. A repavimentação do estacionamento e da área próxima da zona balnear das Cinco Ribeiras está concluída e estão também a decorrer a razoável ritmo, as obras na Canada da Ribeira das Cinco e na Ribeira do Mouro.

Pretendíamos iniciar agora a repavimentação e substituição da rede de águas do troço entre a Ermida do Desterro e a rotunda de São Rafael mas, infelizmente, não tivemos qualquer concorrente que apresentasse uma proposta aceitável, dadas as regras do concurso público. Estamos a rever o processo e teremos provavelmente que lançar um segundo concurso a breve trecho.

Está também a decorrer o concurso para a repavimentação e substituição da rede de águas do troço entre a rotunda das Bicas de Cabo Verde e a Boa Hora e esperemos que a situação apresente um bom desfecho.

Uma outra obra que tem apresentado algumas vicissitudes e também sofreu atrasos neste período, foi a recuperação da Igreja de São João Batista porque não foram apresentadas propostas aceitáveis em termos de concurso.

A obra do mercado municipal e do estacionamento tem dado muito que falar, sendo uma das questões mais complexas na gestão da Câmara. Através do projeto existente, foi tomada uma nova opção com o lançamento de um concurso de conceção/construção, ou seja, ficando o empreiteiro encarregado de fazer as adaptações necessárias para satisfazer os requisitos impostos pela Direção Regional da Cultura. Contratou-se uma empresa de advogados especializada para gerir o processo e esperamos ter o concurso na rua nas próximas semanas, mas é natural que decorra um período de alguns meses entre a adjudicação e o início da obra porque o adjudicatário terá que fazer as alterações ao projeto que se mostrarem necessárias.

A intervenção diante do Seminário está a aproximar-se do fim com a frente de obra na parte de baixo do Largo Prior do Crato e esperamos ter o assunto resolvido antes das Sanjoaninas. Devíamos ter já iniciado também o calcetamento da Ladeira de São Francisco mas decidimos esperar um pouco mais porque a obra terá um profundo impacto sobre o trânsito na cidade e não sabemos se a terminaríamos antes das Sanjoaninas. A obra está adjudicada mas o empreiteiro só a iniciará após as festas.

Uma outra obra de grande relevo, apesar de menos conhecida, é a resolução dos problemas de inundações que aconteciam de forma recorrente e com alguma gravidade nos Cupins em São Bento cada vez que ocorriam chuvadas mais intensas. A obra está praticamente terminada e ficaremos assim com aquele assunto definitivamente resolvido.

No que diz respeito às outras duas obras da Câmara, embora realizadas por outras entidades, a recuperação da Igreja das Concecionistas encontra-se numa fase avançada com o teto já colocado e a obra da Igreja de Nossa Senhora do Livramento teve finalmente o seu início nestas últimas semanas, estando ainda numa fase preliminar. São duas ruínas do tempo do sismo de 1980 que estão finalmente a caminho de uma solução.

Infelizmente, não tivemos sucesso no concurso referente à obra da revisão global de coberturas dos bairros sociais porque a Câmara não recebeu propostas aceitáveis por parte dos empreiteiros. Esta questão começa a ser recorrente e deve-se às anomalias na área da logística e às incertezas quanto aos preços dos materiais. A maior parte das empresas de construção civil tem dificuldades em apresentar preços devido às variações constantes, por isso se espera um natural abrandamento na atividade da construção nos próximos meses, que apenas voltará à normalidade, uma vez terminada a guerra na Ucrânia que afeta profundamente os circuitos logísticos.

Do ponto de vista financeiro, foram já distribuídos os balancetes e nada há a assinalar quanto à execução financeira do município que está dentro da normalidade.

No que respeita ao pessoal, tivemos duas aposentações, há dois concursos a decorrer e o número de trabalhadores da Câmara mantém-se estável sem qualquer alteração sensível.

Nada de notável a assinalar também no que diz respeito a outras atividades do município, além de uma intensificação da atividade cultural face ao fim da Covid-19. As festas Sanjoaninas estão numa fase muito avançada de planeamento, tendo sido já apresentados os

cartazes da tauromaquia e o séquito real. Está tudo organizado no que diz respeito aos carros alegóricos e nas próximas semanas será apresentado o cartaz musical.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Manifestando desde já a minha satisfação pela conclusão das obras das piscinas municipais, questiono o senhor presidente da Câmara acerca de eventuais problemas de infiltrações ou se, afinal, se trata de simples rumores.

Uma das obras que tem causado mais dificuldades à circulação do trânsito em Angra do Heroísmo é a que decorre naquela rotunda que é conhecida por vários nomes, comummente chamada de rotunda de São Rafael que, pelos vistos, obriga a alternativas ao trânsito mais complicadas do que se previa. Supondo que esteja incluída naquele conjunto de obras que se encontram atrasadas, peço ao senhor presidente da Câmara mais alguma informação sobre novos episódios que ali poderão eventualmente ocorrer para que fiquemos com uma ideia do tempo que este constrangimento de trânsito poderá ainda durar porque, além da rotunda, há também que resolver questões relativas a águas e situações de obras em estradas municipais misturadas com as estradas do Governo Regional.

Sei que tem havido também grandes preocupações relativas ao acesso ao hospital que não se limita apenas a viaturas de emergência. As informações de que dispomos baseiam-se em variadas versões, por isso gostaria que o senhor presidente da Câmara nos pusesse ao corrente da paternidade daquele caminho alternativo, se o assunto tem sido discutido com a administração do hospital e se é possível uma melhoria das condições que permitam a circulação por ali com maior frequência e por outros utilizadores.

Para complicar ainda mais a situação da rotunda de São Rafael e o acesso ao hospital, estão também a decorrer obras no Posto Santo, por isso importaria saber para quando está prevista a sua conclusão porque temos aqui um conjunto de intervenções que encostam umas às outras. Às vezes é preciso passar por alguns sacrifícios para se alcançar o progresso, mas precisamos de saber quanto tempo mais durarão esses sacrifícios e o que está por detrás destas situações de forma sistemática, como nos costuma informar o senhor presidente da Câmara.

Sr. presidente da Câmara – Espero que não haja infiltrações nas piscinas, até porque foi ali colocado um teto novo, uma estrutura totalmente diferente que está ainda na garantia.

Creio haver aí uma informação cruzada porque as infiltrações acontecem no edifício do Bowling ali ao lado que tem um problema crónico nos tetos que precisa de ser também resolvido. Há cerca de sete ou oito anos foi feita uma substituição integral do teto que apresentou um resultado modesto, melhorando apenas algumas situações porque a estrutura é plana e apresenta sérios problemas. A Câmara pretende fazer a breve trecho uma reformulação global daquele edifício com a substituição do teto, dos vãos e dos equipamentos propriamente ditos. Apesar de estar ainda em aberto, trata-se de uma obra necessária porque as infiltrações são crónicas e uma parte da água vai parar junto aos equipamentos elétricos, agravando e acelerando a sua degradação.

Em resposta à questão sobre a rotunda de São Rafael, posso informar que tenho acompanhado a obra, que está a ser realizada pela administração regional e a decorrer razoavelmente bem, mas está a causar um grande incómodo porque o canal que está ali a ser

construído terá ainda que atravessar a estrada que vem do norte da ilha para ligar ao outro que está já feito diante de São Rafael.

Uma vez aberta a circulação Este-Oeste, será fechada a circulação Norte-Sul mas a situação não será tão complexa porque existe um caminho alternativo e menos incómodo do que o atual, seguindo em frente pela Vinha Brava até à rotunda lá mais adiante e descendo pela Circular. Teremos obra ali durante mais alguns meses porque falta ainda um troço razoavelmente grande. Está a ser finalizado o túnel junto à estrada que vai para norte e é preciso atravessá-la para ligar ao outro túnel que lá está feito.

O acesso ao hospital foi uma grande preocupação há uns tempos devido a alguns problemas de coordenação entre a Câmara Municipal e a Secretaria das Obras Públicas. O arranque daquela obra foi verdadeiramente atabalhoado e as coisas não correram da maneira como eu gostaria mas, com alguma dificuldade, lá conseguimos apanhar as pontas à questão e o assunto resolveu-se.

A Canada do Briado que liga o Cano Real às traseiras do hospital é uma estrada antiga com dois troços separados pela via rápida e pelo hospital. Até ao século XIX, antes da construção desta estrada do Lameirinho, a Canada do Briado era uma das entradas da cidade de Angra. Quem vinha do lado norte, chegava ali à Ladeira da Pateira, descia pela Canada do Briado, vinha ter a São João de Deus e depois descia pela Miragaia. Era esse o caminho normal de entrada na cidade até há cerca de 200 anos. Devido a esta génese antiga, considerámo-la uma via municipal e temos a obrigação de a manter em bom estado. É um troço com pouco uso, servindo apenas como caminho agrícola, mas consta como acesso alternativo no plano de emergência do hospital e deve ser considerado como tal.

Na sequência deste problema que aconteceu com a rotunda, a Câmara Municipal assumiu a intenção de asfaltar aquele troço o mais rapidamente possível, mantendo a sua largura para que, em caso de emergência, o acesso às traseiras do hospital se possa fazer com segurança e comodidade desde a Estrada Regional na zona do fim da Ladeira da Pateira sempre que alguma situação afete a entrada pela Circular. É o que será feito logo que terminem estas obras da rotunda, tratando-se de uma intervenção relativamente pequena que custará cerca de 120 mil euros.

Há pouco esqueci de mencionar a intervenção de grande dimensão que está a decorrer no Espigão com a substituição da rede de águas e o arranjo global do pavimento. A obra está a aproximar-se do fim e estimamos que o acesso ao Posto Santo fique liberto dentro de cerca de um mês.

A obra junto a São Rafael tem outras componentes menos visíveis, algumas da responsabilidade da Câmara Municipal. Está a ser construído um canal naqueles terrenos com bananeiras até à zona da UNICOL com vista a resolver também um problema crónico de extravasamento cada vez que há grandes chuvadas. Essa obra continua depois para sul passando a ser da responsabilidade da Câmara que comprou todos aqueles terrenos situados abaixo da Circular com a intenção de resolver este problema hídrico e expandir o cemitério, visto que há uma grande procura pela aquisição de campas, o que está a causar uma redução drástica no número de campas disponíveis.

A Câmara tem ali uma bolsa enorme de terreno onde será criado um canal que dará continuidade ao que está a ser construído ali na Circular e ligará ao que foi já feito do cemitério para baixo com o objetivo de tentar levar esta água até ao mar, reduzindo os riscos de enxurradas.

Tudo isto faz parte de um plano mais vasto de redução do risco de cheias na zona urbana de Angra. Lembro que a Câmara comprou aquela casa ao lado da padaria da Ponta do Muro, que foi demolida, e onde está a ser feita uma bacia para reter as águas provenientes dos terrenos ao lado do hospital. Essa água entrava na Circular, seguia por São João de Deus abaixo e era um fator de risco para quem vive naquela zona imediatamente abaixo da Ponta do Muro.

Há um conjunto de outros trabalhos necessários porque a cidade de Angra tem uma grande vulnerabilidade às cheias visto que convergem aqui à Rua Direita, praticamente todas as águas provenientes desta grande bacia hidrográfica desde a Serra do Morião até ao Alto das Covas.

Apesar de todas estas obras que estão a acontecer em torno da cidade num investimento conjunto entre a Câmara Municipal e o Governo Regional, lamento dizer-vos que continuamos extremamente vulneráveis às cheias o que, para mim, é uma enorme preocupação, e a obra ali diante do Seminário faz parte de todo este processo. Foi colocada uma nova conduta de maior dimensão entre o entroncamento com a Rua do Rego e a Rua da Sé para evitar que uma tampa saltasse ali cada vez que chovia. Aquela tampa não voltará a saltar, contudo poderá acabar por saltar uma outra na Rua da Sé, o que significa que trouxemos o problema um pouco mais para baixo e as coisas só ficarão resolvidas quando atravessarmos a Rua da Sé e a Rua de São João, prolongando esta conduta até ao mar.

Este é um trabalho que poderá demorar décadas e, em boa parte, está a corrigir um problema que foi criado a seguir ao sismo de 1980 com a destruição de uma conduta que fora criada no século XVII. Havia um desvio de águas, do qual restam ainda alguns troços, que começava num lugar chamado A Grota ao pé do Chafariz Velho, seguia por detrás da antiga Igreja de Santa Luzia, passava debaixo do muro da Madre de Deus e levava as águas para o Fanal. Essa estrutura foi praticamente destruída a seguir ao sismo porque as pessoas foram ampliando as suas casas para dentro do canal, acabando por cortá-lo, e a água que antes era desviada para além do Alto das Covas, passou a descer a Miragaia, o que está na génese das cheias recorrentes que temos tido aqui.

Essa estrutura era muito interessante e tem ainda troços visitáveis abaixo do muro do Solar da Madre de Deus e no início da Rua de São Pedro onde são visíveis umas estruturas em cantaria com um ar bem feito. A inação desta estrutura trouxe consequências que estão agora a ser resolvidas com todas estas obras que acabei de referir.

Sra. d. m. Michéle Aguiar – Muito bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais.

Tenho uma questão a colocar acerca do mercado municipal para o qual existiram já dois projetos, um inicialmente para o Bailão e um outro para a sua atual localização. Tratando-se de um investimento muito elevado em projetos que não se irão concretizar, gostaria de

conhecer as razões desta mudança de planos, uma vez que houve um parecer negativo por parte da UNESCO que deixou pendente a evolução da obra.

O senhor presidente da Câmara anunciou um conjunto de concursos para obras a realizar em vários pontos da cidade, por isso gostaria de saber se as mesmas terão em atenção os prazos da atual obra da Ribeira Brava que tantos constrangimentos tem causado ao trânsito.

Sr. presidente da Câmara – O mercado municipal teve três projetos e não dois. Houve um primeiro projeto para a sua construção nesta localização, que era manifestamente pequeno mas não se perdeu e foi adaptado porque aquela área foi aumentada através da aquisição de terrenos ao Seminário. Entretanto, um outro projeto visava construir o mercado ao lado das piscinas municipais no espaço agora ocupado por aquela rua e pelas escadinhas que ali estão.

O primeiro projeto era demasiado caro, implicava uma construção complexa e levantava problemas com o estacionamento, razão pela qual, após um profundo debate e perante a possibilidade de aquisição de terrenos ao Seminário, se chegou à conclusão que seria melhor retomar o projeto inicial.

Com o projeto anterior na atual localização, o mercado ficaria completamente coxo no que diz respeito à vertente do estacionamento devido à exiguidade do terreno disponível mas, após uma longa negociação e uma mudança de opinião por parte da Diocese, foi possível duplicar praticamente a área, adquirindo os terrenos atrás do Seminário, o que justificou a recuperação e adaptação do primeiro projeto. Entretanto, ocorreram duas situações: em primeiro lugar, houve um enorme atraso na elaboração do projeto por razões que têm a ver com a coordenação entre as empresas projetistas e mais recentemente foi apresentada uma queixa junto da Comissão Nacional da UNESCO, o que nos levou a contratar alguém da área do património da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Coimbra para uma análise ao projeto que levantou uma questão relativamente à altura do edifício, que fica mais baixo do que os prédios vizinhos mas continua uma massa relativamente grande, particularmente quando visto do canto junto à loja de ferragens do Nildo. A segunda situação tem a ver com a configuração e o alinhamento dos tetos.

Para não voltarmos a reabrir o assunto com as empresas projetistas e não atrasarmos mais a obra, resolvemos aproveitar o projeto existente, deixando por conta do empreiteiro esta modificação dos tetos porque é apenas disso que se trata. O projeto será colocado a concurso, sofrendo algumas alterações nessa altura e evitamos assim voltar ao início de todo o processo para não perdermos mais um ano com esta questão. Foi esta a opção tomada e não há nenhum desperdício em relação ao projeto que será integralmente aproveitado com as alterações que agora serão introduzidas em função desta vontade de se reduzir o volume dos tetos.

Quanto às obras e acessibilidades, tanto quanto possível, as coisas têm sido feitas de forma a não fechar simultaneamente todas as ruas. Houve de facto, um problema de coordenação com a obra lá em cima na rotunda mas creio que serviu de lição para todos os envolvidos e esperemos que tal não volte a acontecer.

A obra do Lameirinho terá o seu início, uma vez terminada a parte de cima, mas houve aqui algum atraso e tencionamos iniciar a obra entre a Boa Hora e as Bicas de Cabo Verde depois de terminada a intervenção no Espigão para que o Posto Santo não fique com os dois acessos fechados em simultâneo. Esta é uma obra relativamente periférica em relação à zona da cidade e, mais preocupante e complexa, é a intervenção aqui ao lado na Ladeira de São Francisco cuja calçada está num estado miserável, mas a obra implica um impacto muito grande na circulação na cidade.

Muito importante também é a reestruturação do Alto das Covas para reinstalarmos no topo da Avenida Tenente-coronel José Agostinho, a estátua do Côrte-real que está aqui em baixo à entrada da Câmara. Pretende-se melhorar a circulação ali, uma zona confusa onde os turistas se perdem constantemente porque aquilo não cumpre o regulamento do código da estrada. Temos ali um entroncamento ilegal porque, quem sobe a avenida e vira à esquerda para São Pedro, entra em contramão com quem vai a descer. Isto terá que ser alterado, até porque o trânsito dos autocarros passará a fazer-se pela avenida, que terá que ser reestruturada por causa da abertura do terminal rodoviário, uma intervenção que também nos gera alguma preocupação e gostaríamos de a fazer sem a perturbação de outras obras em simultâneo porque o trânsito vai abrir deste lado mas vai fechar daquele.

Temos um problema complexo de obras que são necessárias mas terão que ser feitas uma a uma para evitarmos que isto se transforme num caos ainda maior do que já é, mesmo com uma só obra.

Sr. d. m. Carlos Ormonde – Bom dia senhor presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e restante vereação, colegas deputados municipais.

Gostaria que o senhor presidente da Câmara me esclarecesse uma dúvida que foi aqui levantada pelo doutor Carlos Costa Neves a respeito da obra da rotunda de São Rafael. A perceção que tenho como utilizador diário daquele troço é que aquele segmento que está a impedir a circulação para o lado da EMATER tem o túnel já concluído e coberto há cerca de quinze dias. Tendo em conta o incómodo e o congestionamento de trânsito que acaba por acontecer na zona da Guarita, pergunto se existe ali alguma situação imprevista do ponto de vista técnico e se a Câmara poderá fazer algum tipo de diligência no sentido de acelerar a finalização da obra. Como passo ali praticamente todos os dias, parece-me ter sido implementado um ritmo muito lento na execução daquele troço, por isso agradeço desde já alguma informação complementar que o senhor presidente da Câmara nos possa disponibilizar.

Sr. presidente da Câmara – Vamos obtendo algumas informações mas a condução daquela obra cabe ao Governo Regional e o facto de estar feita, não significa que possa ser já utilizada porque é preciso tempo para que o betão ganhe presa, à semelhança do que está a acontecer ali diante do Seminário. Estando a calçada feita, a rua ainda não abriu porque o betão que lá foi colocado terá que secar, caso contrário os carros farão saltar as pedras.

Quanto ao troço referido pelo senhor deputado, creio que não decorreu ainda o tempo suficiente para que se possa passar por cima daquela estrutura. Teria sido possível a

colocação ali de algumas chapas de aço ou qualquer outra coisa que permitisse a circulação, mas a Secretaria das Obras Públicas é que poderá responder a essa questão.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Passados seis meses desde o início deste mandato, são vários os projetos e empreitadas que têm acontecido nas várias freguesias do concelho, constam no relatório da atividade municipal e foram já aqui abordadas. Considerando que tem havido um périplo do executivo camarário pelas freguesias, o grupo municipal da Coligação gostaria de saber como tem sido a relação entre o município e os vários executivos das dezanove freguesias do concelho de Angra e qual o acolhimento da Câmara Municipal perante os projetos apresentados pelos vários executivos das juntas de freguesia.

Sr. presidente da Câmara – À semelhança do que tem sido feito nestes dois últimos mandatos, a Câmara dá a volta pelas freguesias a cada três ou quatro meses. Este ano demos já a primeira volta e reunimos com todas as freguesias, o que decorreu com a necessária cordialidade e espírito de colaboração, não tendo sido detetados quaisquer problemas.

Por estarmos ainda no início de mandato, desconhecemos qual será a nossa disponibilidade financeira nos próximos anos devido a algumas questões que não estão ainda devidamente esclarecidas e têm a ver com o impacto da Covid-19. As obras no mandato são pensadas a quatro anos, passaram ainda seis meses e estamos numa fase de planeamento.

Infelizmente, grande parte das obras que deveriam ter sido finalizadas em 2021, sofreram múltiplos atrasos e ainda não estão terminadas, o que faz com que este ano de 2022 seja uma espécie de 2021 bis. Não foi possível terminar essas obras divido à Covid-19 que originou imensos problemas de logística, as coisas foram-se atrasando muito seriamente e o que está neste momento a ser executado no pacote de estradas, deveria ter acontecido no verão de 2021. As novas obras surgirão atempadamente mas primeiro temos que pôr ordem no que vem de trás. Contra mim falo porque gostaria de ter chegado às eleições do ano passado com as obrinhas feitas, mas tal não foi possível.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Voltando à questão do mercado municipal, suponho que ainda não foi tornada pública esta nova opção de se passar a um esquema de conceção/construção. Não tenho ideia se foi dado conhecimento pela comunicação social ou através de alguma informação por parte da Câmara mas, como se costuma dizer, parece-me uma solução caída do céu aos trambolhões. Com este novo modelo de conceção/construção ficam claramente definidas as alterações necessárias, garantindo-se a satisfação da UNESCO e dos outros intervenientes neste processo sem a necessidade de futuras intervenções? Pergunto também quando será possível lançar esse concurso de conceção/construção, se estão previstas alterações de preços e quanto tempo durará a obra.

Sr. presidente da Câmara – Esta opção resulta da necessidade de acelerarmos todo o processo. Se optássemos pelos métodos clássicos, pedindo às empresas projetistas, as

alterações que se pretendem introduzir nos tetos, haveria com certeza uma demora de vários meses ou de um ano.

Perante a análise e a experiência verdadeiramente difícil que tivemos na condução de todo este processo nos últimos dois anos com múltiplos atrasos e problemas, chegámos à conclusão que esta é a forma mais rápida de atingirmos o objetivo de construir o mercado. As alterações não são muitas, mantendo-se as mesmas bancas e os mesmos lugares de estacionamento e a questão tem apenas a ver com alturas, algo que será devidamente resolvido pelo empreiteiro. O prazo de construção também será mantido e a estimativa é que a obra tenha uma duração de dois anos. Contudo, devemos acrescentar aqui cerca de seis meses que é o tempo estimado necessário para a aprovação destas alterações ao projeto que, mesmo assim, é um encurtamento substancial em comparação com a outra opção de voltarmos a lançar o concurso.

Estamos a falar de uma obra de grande dimensão que, pelos valores anteriores à atual crise, rondava os sete e meio ou os oito milhões de euros mas passou seguramente bastante acima disso. Por razões que referi há pouco, nesta altura é muito difícil falar em preços porque a instabilidade é enorme e a obra ultrapassará seguramente os oito milhões de euros, mas interessará aos grandes *players* do mercado, por isso esperamos que apareça uma empresa de construção com condições técnicas para conduzir rapidamente e com celeridade as adaptações necessárias ao projeto.

A Câmara Municipal tinha como objetivo o lançamento desta obra há três anos mas aconteceram umas quantas peripécias ao longo de todo o processo e este atraso é, em boa parte, justificado pelas condições muito específicas da classificação da nossa cidade como património mundial. O mercado teria sido já inaugurado há uns tempinhos se fosse construído num lugar sem todas estas restrições mas temos que nos adaptar às necessidades da nossa cidade sem criar problemas à sua qualidade patrimonial.

Terminadas as intervenções, a informação da Atividade Municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (22/2022/AMAH).

Sr. presidente da Câmara – Peço a permissão do senhor presidente da Mesa para debatermos em conjunto os Pontos 1.2 e 1.3 porque, na verdade, são o mesmo assunto.

Questionados pelo senhor presidente da Mesa, nada a opor por parte dos líderes das bancadas municipais.

Sr. presidente da Câmara – Pedi que estes dois pontos fossem considerados em conjunto porque, da aprovação da conta, resulta a necessidade de reinscrever o saldo no orçamento deste ano e o Ponto 1.3 é meramente uma questão técnica de somas, ou seja, a continuação do Ponto 1.2.

O município teve um bom ano de execução financeira em 2021. As coisas correram manifestamente bem, embora não tão bem como em 2019. Houve uma profunda degradação das contas de 2019 para 2020, um ano difícil em que tivemos resultados negativos pela primeira vez nos últimos seis ou sete anos com a despesa superior à receita em 535 mil euros.

No ano 2021 foi possível uma recuperação e apresentámos contas positivas com um resultado operacional de 5,3 milhões de euros e um resultado financeiro de 2,7 milhões, o que demonstra a solidez das finanças municipais sem nenhuma particular preocupação. O rácio entre o volume de negócios e o ativo passou de 2,41 % em 2020 para 4,02 % em 2021, o que mostra uma grande recuperação que não é total porque ainda se refletem claramente os custos acrescidos e a diminuição de receitas devido à Covid-19.

Do ponto de vista dos meios líquidos libertos pelo município, passámos de 3,1 milhões de euros em 2020 para 10,1 milhões em 2021, o que nos aproxima da situação confortável que tínhamos anteriormente.

Temos boas contas sem qualquer particular dificuldade com uma redução muito sensível na dívida em 1,5 milhões de euros em relação a 2020. Mantém-se assim a trajetória de redução da dívida do município que, nesta altura, se situa abaixo dos 3 milhões de euros e temos cerca de 6 milhões de euros de dívida excecionada relacionada com a construção dos bairros sociais que é paga pela região e pelo IHRU através de um contrato existente entre estas entidades. A dívida é da Câmara mas apenas temos que receber o dinheiro e entregá-lo ao banco e o município tem neste momento uma capacidade de endividamento na casa dos 20 milhões de euros sem qualquer preocupação financeira pela frente.

Apesar dos atrasos e de outras situações que foram acontecendo, as coisas correram bastante bem do ponto de vista da execução, que se aproxima dos 90 %, e a evolução para este ano de 2022 é claramente positiva. Estamos ainda a recuperar do ponto de vista do impacto da Covid-19 e se nada vier a perturbar o andamento financeiro do município, provavelmente fecharemos este ano com uma recuperação praticamente total, podendo apresentar uma conta muito próxima dos valores de 2019.

Em conclusão, estão aqui a ser apresentadas umas excelentes contas que deixam o nosso município numa situação de despreocupação financeira para o futuro.

Sr. d. m. André Castro – Bom dia Exmo. senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

As contas de 2021 apresentam um saldo de gerência de cerca 5 milhões de euros, o que é um bom sinal em comparação com outras autarquias que não conseguem estes valores nas suas contas; contudo, resta saber o que este sinal representa apesar dos constrangimentos provocados pela pandemia da Covid-19 e pergunto ao senhor presidente da Câmara que investimentos ficaram por fazer em 2021.

Sr. presidente da Câmara – Um saldo de gerência positivo é muito melhor do que um saldo de gerência negativo e basta olhar para a casa dos nossos vizinhos para se perceber as dificuldades que isso poderia causar.

Em boa verdade, não é bom que um saldo de gerência seja muito elevado. Se, por um lado, estou satisfeito com estes 5 milhões que nos dão segurança, por outro, preferia ter já concluída a obra do mercado municipal. A Câmara não tem estes 5 milhões de euros livres porque, como tive oportunidade de referir, este dinheiro está afeto a investimentos que estão em curso e sofreram alguns atrasos. Um deles é o mercado municipal mas há outros

investimentos que estão cabimentados, ou seja, têm dinheiro alocado mas não foram realizados porque faltou o empreiteiro, porque a obra atrasou ou por outras razões.

A Câmara não tem lucros e o que aqui temos é dinheiro que está afeto a obras e outras atividades que estão em curso. Isto significa que, na noite de 31 de dezembro para 1 de janeiro, a obra não estava concluída ou o pagamento não foi feito. Este dinheiro destina-se às obras que estão em curso ou planeadas com destaque para o mercado municipal que, com certeza, consumirá uma boa percentagem deste valor.

1.2 – Documentos relativos à prestação de Contas da Câmara Municipal do ano de 2021. Para apreciação e votação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido na alínea l) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da instrução 1/2019 de 6 de março, as quais se encontram elencadas no anexo II e integralmente elaboradas.

Os documentos de prestação de contas apresentam a seguinte informação:

O balanço apresenta um ativo no montante de 172 881 311,60 €, um património no valor de 161 500 607,05 € e um passivo no valor de 11 380 704,55 €.

A demonstração dos resultados apresenta 29 935 379,68 € de rendimentos e gastos no montante de 24 657 242,60 €, o que se traduz num resultado líquido de 5 278 137,08 €.

A demonstração dos fluxos de caixa apresenta pagamentos no total de 29 526 134,20 € e recebimentos no montante de 29 209 467,54 €.

Os mapas de desempenho orçamental refletem um total de despesa paga de 29 335 597,98 € e de receita liquidada de 28 976 793,74 €.

O saldo inicial de operações de tesouraria ascendia a 270 149,16 €, enquanto o saldo inicial de operações orçamentais ascendia a 5 183 863,98 €.

O saldo final de operações de tesouraria ascende a 297 770,04 € e 4 839 576,34 €.

O valor do saldo de gerência para 2022 é de 5 137 346,38 €. Este valor é refletido no balanço e na demonstração dos fluxos de caixa, o qual se decompõe por operações de tesouraria, execução orçamental. Devido à transição para o SNC-AP, este mapa (demonstração de fluxos de caixa), não considera como saldo de caixa e equivalentes de caixa, o valor referente a depósitos a prazo (3 080 298,73 €) existentes no início do período. No entanto, este valor existe à data de 31 de dezembro de 2021 nas contas do Município.

O resultado líquido é 5 278 137,08 € e este valor é o resultado transitado.

Os documentos em causa foram apreciados, votados e aprovados por maioria com 26 votos a favor (20 do PS e 6 do PSD) e 10 abstenções (7 do PSD e 3 do CDS-PP). (23/2022/AMAH).

1.3 – Segunda revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2022. Para aprovação ao órgão deliberativo municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

O documento foi aprovado por maioria com 28 votos a favor, (20 do PS e 8 do PSD) e 9 abstenções, (6 do PSD e 3 do CDS-PP). (24/2022/AMAH).

Sr. d. m. André Castro (numa declaração de voto) – O nosso sentido de voto é justificado devido a um conjunto de investimentos que ficaram por concretizar.

1.4 – Segunda alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal tendo em vista a introdução de um posto de trabalho de técnico superior (área de Engenharia Agro-Florestal – Ramo de Desenvolvimento Rural) destinado ao Serviço de Saúde Pública Veterinária. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Nestes últimos tempos surgiu a necessidade de se criar um novo posto de trabalho relacionado com a gestão do centro de recolha de animais. No canil funcionam três áreas separadas, uma é gerida por ambos os municípios, o chamado canil intermunicipal, há duas associações que também têm lá os seus canis e é preciso colocar ali uma pessoa para tratar da alimentação dos animais e fazer a gestão do espaço. Os concursos são públicos e qualquer pessoa pode concorrer.

É necessário resolver um conjunto de situações que têm a ver com a gestão conjunta destes canis e após um complexo processo negocial, chegou-se à conclusão que seria melhor criar-se um lugar no quadro do município através da contratação de uma pessoa que pudesse atender às necessidades de todos os canis, tarefas que anteriormente eram desempenhadas por uma pessoa pertencente a uma associação, mas foi levantado um conjunto de questões que são normais no movimento associativo, relacionadas com a permanência e o funcionamento das respetivas direções e o município considera mais fácil resolver a situação por esta via. Esta é uma vaga que se destina à gestão dos canis.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Compreendendo as razões apresentadas pelo senhor presidente da Câmara, a maneira como este ponto está formulado na Ordem de Trabalhos suscita-nos algumas dificuldades devido à possível criação de um precedente. Parece-nos que esta abertura de um concurso para técnico superior na área da Engenharia Agro-florestal – Ramo de Desenvolvimento Rural destinado ao Serviço de Saúde Pública Veterinária seja uma forma de apresentar a questão em função das dificuldades existentes e pelo facto de haver provavelmente quem exerça estas funções há largos anos com a sua situação profissional indefinida, mas isto é uma caixa de pandora. Não me referindo a esta Câmara, sabemos que, muitas vezes se opta por este recurso na administração local, regional e nacional para tornar definitivas, certas situações precárias. Manifestando a compreensão por parte do grupo municipal do PSD, discordamos da formulação do concurso que vai ser aberto.

Sr. presidente da Câmara – Compreendendo as objeções que foram colocadas, trata-se de um assunto complexo e difícil que eu gostaria que não existisse. Estas situações não acontecem por nossa escolha e a verdade é que as soluções têm que aparecer, caso contrário, a vida das pessoas e das instituições não segue o seu curso normal.

Não há aqui qualquer precedente porque a abertura destes concursos é feita em Assembleia Municipal com a total transparência desta Câmara Municipal, uma prática constante mesmo nos casos mais complexos. Não tinha custado nada disfarçar isto mas considero muito mais honesto, claro e transparente, colocar as coisas como elas são em vez de estarmos aqui com rodeios, e foi o que a Câmara fez. Esta situação é real e não há outra resposta possível, caso contrário, decerto tê-la-íamos já apresentado.

Sra. d. m. Marília Vargas – Agradeço a sinceridade do senhor presidente da Câmara que poderia ter apresentado as coisas de outra maneira, camuflando esta situação. Visto que isto corresponde a uma necessidade da Câmara, nada temos a opor desde que seja um método legal e transparente.

O documento constante do Ponto 1.4 foi aprovado por maioria com 22 votos a favor do PS, 9 abstenções do PSD e 9 votos contra (6 do PSD e 3 do CDS-PP). (25/2022/AMAH).

1.5 – Alteração ao Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado na Cidade de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos conjugados da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Este regulamento tem um longo histórico e foi aqui debatido várias vezes e por diversas razões. Como era sua obrigação, a Câmara elaborou a proposta que foi submetida a uma consulta pública. Recebidas as respetivas pronúncias por parte dos cidadãos, a proposta foi entregue a uma comissão nomeada por esta Assembleia que entendeu introduzir-lhe algumas alterações. Após consulta entre nós, a Câmara pede ao senhor presidente da Assembleia que, neste debate, seja apenas considerada a proposta feita pela referida comissão.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Temos a informação do clima construtivo como decorreu o grupo de trabalho mas conhecemos a proposta da Câmara e apenas recebemos o relatório da comissão ontem ao fim da tarde. Fizemos a nossa reunião de preparação em que a maior parte dos membros desconhecia a proposta e a própria participante na reunião tomou conhecimento apenas às 17 horas. Esperemos que o debate corra bem, que esteja tudo bem, mas não conhecemos a proposta da comissão que chegou tarde e vamos basear-nos em quem participou no debate.

Sr. presidente da Mesa – Uma vez que fui nomeado presidente desta comissão, gostaria de me pronunciar acerca deste ponto, dizendo que manifestámos desde o início a preocupação de nos sentarmos à volta do documento elaborado pela Câmara Municipal e passado para esta comissão para ser apreciado, alterado, corrigido, melhorado e trazido a esta Assembleia para discussão e votação.

Quero realçar o espírito agregador de consensos, unanimidade e aceitação das opiniões de todos os que constituíram este grupo de trabalho, cujas propostas acabaram revertidas neste documento final que foi apenas distribuído ontem ao final da tarde por razões que têm a ver com a complexidade e o acerto da própria terminologia dos respetivos artigos.

Reconheço que a proposta foi apresentada com algum atraso, dada a complexidade do documento e o fim a que se destina. Não poderia deixar de fazer aqui esta ressalva, elogiando mais uma vez o trabalho e o espírito de cooperação de todos os que integraram a comissão.

Sr. d. m. José Toste – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Houve, de facto, um compasso de espera até que o documento fosse colocado na plataforma ou na «nuvem» por parte do executivo, para ser apresentado à Assembleia Municipal, uma vez que foram levantadas algumas questões por parte dos membros da comissão, que depois não tiveram reflexo na proposta que foi apresentada pelo executivo, o que levou à inclusão no parecer, de algumas observações de natureza meramente formal.

Um outro motivo que originou um certo atraso na apresentação do parecer teve a ver com algumas incertezas relativas à metodologia que seria adotada na Assembleia Municipal com o propósito de facilitar os nossos trabalhos. Foi apresentado o parecer e também um articulado para discussão artigo a artigo, caso a Câmara Municipal não optasse pela substituição integral, além de uma proposta final já revista para possibilitar a sua substituição após a análise do parecer. No entanto, houve uma antecipação por parte da Câmara Municipal que manifestou a intenção de substituir o documento inicialmente apresentado, o que não deve obstaculizar a discussão, quanto mais não seja, para tornar públicas as conclusões e as respetivas propostas de alteração criadas pela comissão.

Emitimos um parecer favorável à proposta inicial que foi apresentada pela Câmara Municipal e discutida nesta Assembleia, condicionado à aceitação de algumas alterações, começando pela proposta de alteração acerca da previsão genérica de veículos semelhantes de modo a abranger novos meios de transporte com locução autónoma, como as trotinetes elétricas, porque o artigo 3.º estava um pouco condicionado às formas típicas de mobilidade e aos veículos habituais. Dado que, nas definições do próprio regulamento, o conceito de veículo é um bocadinho mais alargado, incluímos aqui a terminologia «veículos semelhantes», não obstante tratar-se de um conceito indeterminado que deverá depois ser integrado. Pretendeu-se assim um alargamento do regulamento, passando a abranger também o surgimento de trotinetes a motor, bicicletas elétricas ou outras formas de locomoção.

Considerámos ainda que o artigo 5.º, n.º 2, tal como já resultava a contrário do n.º 1, deveria mencionar o estacionamento gratuito também ao sábado porque a redação que foi apresentada pelo executivo fazia referência ao estacionamento pago durante os dias úteis e ao estacionamento gratuito apenas aos domingos e feriados. Entendemos que o sábado deve ser também aqui mencionado de forma expressa.

A comissão entendeu ainda que a isenção de pagamento tarifado deveria ser alargada aos veículos de uso oficial do município da Praia da Vitória e das freguesias do concelho de Angra do Heroísmo, quando devidamente identificados. Pretende-se assim equiparar a administração local, às administrações central e regional que beneficiavam já desta isenção.

A isenção de pagamento dos veículos utilizados pelos membros da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo nos dias das sessões e das conferências de líderes, era uma prática já deliberada pelo executivo municipal todos os anos ou de quatro em quatro anos,

sempre que uma nova Assembleia Municipal toma posse, ficando assim prevista no regulamento, o que é benéfico também para os eventuais concessionários deste tipo de serviços que ficam de antemão avisados desta isenção.

Estava já prevista a reserva de lugares para estabelecimentos de restauração e hotelaria e achámos por bem alargar também às clínicas de fisioterapia, a possibilidade da solicitação de estacionamento reservado com vista a facilitar o acesso a munícipes com mobilidade condicionada de forma temporária ou permanente.

Visto que havia algumas dúvidas quanto à ocupação de lugares de estacionamento tarifado, para que não haja uma dupla cobrança aos munícipes feita simultaneamente pela Câmara Municipal e pela empresa dos parquímetros, fica claro neste documento que apenas deve ser paga a taxa municipal prevista e fixada no Regulamento Municipal de Taxas.

Uma outra alteração prende-se com o período de realização das festas Sanjoaninas em que os veículos isentos poderão estacionar gratuitamente em qualquer zona de estacionamento tarifado, permitindo que os moradores na zona A possam estacionar na zona B e vice-versa, minimizando assim os condicionamentos resultantes do encerramento de determinadas ruas durante o período das festas.

À semelhança do que estava já previsto de forma mensal e anual, foi abordada pela comissão, a previsão de um título de estacionamento de validade semanal com a menção expressa de que o reconhecimento da isenção pressupõe a apresentação de uma carta de condução válida, visto que surgiam por vezes situações de apresentação de cartas de condução que não eram válidas.

No que diz respeito às zonas de estacionamento, entendemos que a Rua do Rego deve ser retirada da zona A, uma vez que já se encontrava prevista na zona B, ficando previsto na zona A, o seguinte trecho rodoviário: Rua da Sé até ao cruzamento com a Rua de São João inclusive e a inclusão na zona B, do remanescente da Rua da Sé não abrangida pela zona A. Apesar de ser já prática corrente, esta situação não se encontrava vertida no regulamento anterior e não estava devidamente identificada a divisão entre as duas zonas.

Por último, ainda acerca das questões materiais e talvez a mais importante, entendeu a comissão que deviam ser excluídas do estacionamento tarifado, aquelas que eram identificadas como zona C e zona D correspondentes à Rua de São Pedro e a uma área significativa da freguesia da Conceição, alargando de forma substancial a zona não tarifada de modo a promover a dispersão do estacionamento por uma maior área em redor das zonas A e B, evitando a sua concentração excessiva na zona velha de São Pedro, no Corpo Santo e na freguesia de Santa Luzia. Este entendimento por parte da comissão teve em consideração as preocupações de alguns munícipes acerca do fim do estacionamento tarifado nas suas ruas.

Por uma questão de economia processual e à luz destas propostas, propúnhamos que a discussão deste regulamento fosse feita com a alteração artigo a artigo ou a substituição integral. Como foi já comunicado pela Câmara Municipal, optou-se pela substituição integral do documento, uma decisão merecedora da total satisfação por parte da comissão, porque foi com esse objetivo que apresentámos este parecer.

Sra. d. m. Marília Vargas – Manifesto a minha concordância com as alterações sugeridas pela comissão, agradecendo desde já a sua disponibilidade para elaborar todo este trabalho exaustivo. Estão todos de parabéns e o meu voto será favorável.

Sra. d. m. Honória Lourenço (presidente da J. F. do Porto Judeu) – Bom dia senhor presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, restantes colegas deputados municipais.

Gostaria de dizer que concordo com todas estas alterações e há muito que falo acerca de uma situação que foi aqui referida sobre a isenção do pagamento tarifado por parte dos carros das juntas de freguesia. A maior parte dos presidentes não utilizam os carros das juntas e falo por mim porque a junta de freguesia do Porto Judeu tem o seu carro mas nunca me sentei nele. Resolvo tudo com o meu carro e já cheguei a pagar estacionamento a mais por diversas vezes. Já me demorei a resolver alguns assuntos na Câmara Municipal, chegar ao pé do carro e ter 6,50 € a mais para pagar.

Há juntas de freguesia que não têm carros, os presidentes usam os carros particulares para resolverem os problemas das juntas e não são contemplados. Deveria ser feita alguma alteração ao regulamento para que houvesse algum tipo de beneficiação e isenção do pagamento quando as pessoas não trazem o carro oficial da junta de freguesia.

Sr. d. m. José Toste – Entendemos que está a ser dado um grande passo relativamente à valorização da administração local com esta alteração ao regulamento, reconhecendo a isenção de pagamento de parquímetros pelas viaturas de uso oficial da Câmara Municipal da Praia da Vitória, bem como pelos veículos de uso oficial das juntas de freguesia de Angra do Heroísmo. Percebo a preocupação aqui manifestada mas a questão prende-se com a identificação destes veículos, tornando-se difícil a destrinça entre viaturas oficiais e particulares.

Sabemos que a grande parte das deslocações à cidade se destinam a tratar assuntos das juntas de freguesia mas este regulamento é criado a pensar num futuro contrato de concessão e não será a Câmara Municipal a fazer a fiscalização do estacionamento tarifado, a não ser que seja aplicado um método idêntico ao que atualmente é utilizado para as sessões da Assembleia Municipal, comunicando à Câmara Municipal cada vez que um presidente de junta de freguesia se desloque à cidade. Por sua vez, a Câmara informaria a empresa concessionária dos parquímetros, mas tudo isto implicaria dificuldades acrescidas.

Como disse, compreendo e solidarizo-me com a preocupação da senhora deputada mas todo o trabalho que foi feito de preparação destas alterações ao regulamento teve em atenção as juntas de freguesia, que não se reduzem a um só veículo oficial.

Fazendo o comparativo, apenas os veículos oficiais da administração regional estão isentos do pagamento de parquímetros, sabemos que muitos dos atores políticos se deslocam também em veículos próprios e nem sempre é possível saber se os mesmos estão a ser utilizados para uso oficial.

Foi esta a opção tomada nesta primeira fase, o que não significa que não venha a ser tida em conta e introduzida uma melhor solução numa futura revisão a este regulamento.

Neste momento a isenção do pagamento de parquímetros é limitada aos veículos de uso oficial.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Gostaria de manifestar a nossa total adesão ao resultado deste trabalho que, como tive oportunidade de referir, decorreu de forma muito construtiva. Quero agradecer a todos os que estiveram a trabalhar por nós, participando neste grupo de trabalho constituído pelos dois grupos parlamentares.

Sr. d. m. Luís Leal (presidente da J. F. das Cinco Ribeiras) – Muito bom dia senhor presidente da Mesa e restantes membros, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais.

Compreendo as dificuldades da minha colega Honória Lourenço porque, tal como ela, eu raramente uso a viatura oficial da junta de freguesia que é mais utilizada como viatura de trabalho na própria freguesia do que, propriamente, para as deslocações à cidade.

Admito que deveria ter apresentado este assunto à respetiva comissão e espero que este seja um ponto a rever futuramente. Penso que não será difícil a identificação dos veículos referida pelo senhor deputado José Toste, à semelhança do que está a acontecer hoje com a nossa presença aqui nesta sessão da Assembleia Municipal em que as nossas viaturas estão isentas do pagamento de estacionamento porque houve uma comunicação dos serviços da Câmara à empresa que presta esse serviço. Gostaria de lembrar ainda que, além dos respetivos presidentes, por vezes há outros elementos das juntas de freguesia que vêm à cidade tratar de assuntos com as suas viaturas particulares.

Sr. d. m. Guilherme Bizarro (presidente da J. F. de São Sebastião) – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhor vereador, senhoras e senhores deputados municipais.

Esta situação foi muito bem levantada pela senhora deputada Honória Lourenço porque os senhores presidentes de junta de freguesia usam frequentemente os seus carros particulares para virem à cidade tratar de assuntos das suas freguesias. Compreendo a necessidade da distinção entre o uso oficial e o uso privado das viaturas e acho que o problema poderia ser resolvido com a criação de um dístico por parte da Câmara Municipal que os membros das juntas de freguesia colocariam nos seus carros particulares quando os utilizassem para uso oficial.

Sra. d. m. Marília Vargas – Perante o que foi dito nestas intervenções, penso que este assunto deveria ser posto à consideração, discussão e aprovação, tendo em conta esta ideia da criação de um dístico para identificação das viaturas ou outra alternativa consensual que passe já a constar neste regulamento.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – É compreensível a posição assumida pelos senhores presidentes de juntas de freguesia aqui presentes mas estas questões deveriam ter sido tratadas previamente. Fizemos reuniões de grupos de trabalho, informando cada um dos participantes e, tanto quanto sei, os grupos municipais tiveram reuniões de preparação para a Assembleia Municipal onde esta situação poderia ter sido levantada.

Para facilitar, compreendi que o documento fosse entregue apenas ontem, mas é preciso que isto sirva de lição para todos nós. Se os presidentes de juntas de freguesia eleitos pelo PSD tivessem apresentado a questão ontem na reunião de preparação, poderíamos tê-la encarado de outra forma. Seria a altura de se pronunciarem quando os nossos representantes do grupo de trabalho enviaram a todos os elementos da Assembleia Municipal, as propostas que estavam em cima da mesa.

Tenho um grande respeito e compreensão pela posição de cada um dos membros das juntas de freguesia aqui presentes, mas também me interrogo se, sempre que se deslocam à cidade, vêm em serviço das juntas de freguesia. Não pretendo entrar nesse tipo de reflexão que nos fará voltar à discussão inicial, remetendo o assunto para o grupo de trabalho e adiando a resolução desta questão mas, a título excecional e sem precedentes, deixo um pedido de atenção a todos os membros do grupo da Coligação para esta matéria.

Estamos prontos para tomar todas as posições que considerarmos justas e razoáveis mas não podemos ser confrontados com estas situações, quando as mesmas têm vindo a ser discutidas, pelo menos desde a última sessão da Assembleia Municipal. Se for esse o consenso possível, apoiarei as intervenções formuladas pelos senhores presidentes de juntas de freguesia.

Sr. presidente da Câmara – Existe uma solução óbvia que não exige qualquer alteração ao regulamento, por isso peço aos senhores presidentes de junta que me acompanhem na leitura do seguinte texto.

O n.º 3 da proposta da comissão, que é igual ao n.º 3 da proposta que fora criada pela Câmara Municipal, diz o seguinte: «*Mediante deliberação da Câmara Municipal, a isenção prevista no presente artigo poderá ser reconhecida relativamente a veículos utilizados por eleitos locais cujo exercício de funções assim o justifique, podendo reportar-se a períodos correspondentes ao respetivo mandato ou a eventos isolados.*»

Esta situação está prevista no atual regulamento e constava já no regulamento anterior. Os veículos dos senhores presidentes de juntas de freguesia, assim como os pertencentes aos senhores membros da Câmara Municipal, ficam dependentes de uma deliberação do município. Como podem constatar, ficamos na mesma situação e não vejo qualquer problema que a Câmara Municipal resolva esta questão quando deliberar sobre os seus próprios membros, não havendo necessidade de qualquer alteração do documento em discussão.

Terminadas as intervenções, o documento constante do Ponto 1.5 foi aprovado por unanimidade. (26/2022/AMAH).

1.6 – Regulamento do Conselho Municipal de Segurança. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – O Conselho Municipal de Segurança sofreu uma alteração na sua constituição no decurso do último mandato. Anteriormente era apenas constituído por um conjunto de presidentes de juntas de freguesia nomeados pela Assembleia Municipal e,

com esta alteração, passou a integrar todos os presidentes de juntas de freguesia, o que se traduz na necessidade de se alterar também o seu regimento de forma a adequá-lo a esta nova legislação. O documento é consensual, visto que foi aprovado por unanimidade pelo próprio Conselho Municipal de Segurança na sua última reunião, tendo sido também aprovado por unanimidade em reunião de Câmara. É um documento de natureza meramente instrumental que tem a ver com a constituição e o funcionamento do Conselho, uma matéria que poderemos aprovar sem qualquer dificuldade.

O documento foi aprovado por unanimidade. (27/2022/AMAH).

1.7 – Regulamento Municipal de Apoio ao Estudo Acompanhado "Vamos Estudar". Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Este documento foi retirado em reunião da Câmara Municipal de 22-04-2022.

1.8 – Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento às Famílias de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Senhor presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, um bom dia a todos.

Na última sessão da Assembleia Municipal foi aprovada a Estratégia Local de Habitação para o concelho de Angra do Heroísmo, um documento que incluía um conjunto de ações com o objetivo de colmatar as situações de carência e precariedade em que viviam algumas famílias em termos de sobrelotação, insegurança e insalubridade.

Uma das ações previstas na Estratégia Local de Habitação previa a criação de um programa de apoio ao arrendamento e é nesse sentido que é apresentado hoje aqui à Assembleia, o regulamento para o apoio ao arrendamento das famílias com carências habitacionais como forma de complemento a apoios já existentes ao nível do Governo Regional.

Uma grande parte destas famílias carenciadas tem-se deslocado à Câmara Municipal para solicitar apoio ao arrendamento. Visto que as candidaturas no âmbito das «Famílias com futuro» decorrem entre 1 de agosto e 15 de setembro, por existir aqui um período bastante longo, este regulamento permite às pessoas uma maior facilidade na obtenção do apoio ao arrendamento que pode variar entre os 20 e os 80% consoante o rendimento *per capita*.

As famílias devem cumprir um conjunto de condições, tais como: ter idade igual ou superior a 18 anos, não beneficiar de qualquer outro apoio através de outro regime, como seja, as «Famílias com futuro», e não possuir qualquer imóvel que lhes possibilite ter uma habitação. A candidatura é feita através do «MyAngra» e o apoio pode ser concedido por doze

meses e renovado por mais duas vezes. Em casos excecionais, as famílias poderão usufruir de mais algum apoio ao arrendamento.

Nesta proposta de regulamento as famílias são obrigadas anualmente a apresentar candidatura ao programa «Famílias com futuro», devendo comunicar a decisão desta candidatura para que não haja aqui um duplo financiamento. Começando a beneficiar do programa «Famílias com futuro», deixam de beneficiar do apoio disponível através do regulamento que agora vos é apresentado.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Após uma análise ao documento e no que diz respeito ao critério de residente, pergunto qual o tempo necessário para que o cidadão seja considerado residente no concelho porque essa questão está omissa. Pelo que nos é apresentado, este regulamento parece uma válvula de segurança entre o facto de não se possuir casa onde viver e o acesso aos apoios da Direção Regional da Habitação, sendo a candidatura uma das obrigações dos beneficiários. Neste sentido, gostaria de saber se existe uma relação entre este apoio e os apoios concedidos pela Direção Regional da Habitação e se há alguma articulação entre os técnicos que analisam estas candidaturas e os técnicos da DRH. Pergunto ainda o que acontece quando é esgotado o tempo deste apoio da Câmara e o beneficiário não consegue casa própria ou acesso aos apoios da Direção Regional da Habitação.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Existirá sempre uma articulação entre os técnicos da Câmara Municipal que analisarão as candidaturas apresentadas e os técnicos da Direção Regional da Habitação porque temos que saber se foram aprovadas as candidaturas apresentadas pelos beneficiários às «Famílias com futuro». Caso não sejam aprovadas, manter-se-á o apoio da Câmara Municipal, por isso se diz que o apoio é concedido por doze meses, renovado por mais duas vezes e continuado em casos excecionais caso se mantenham os pressupostos da sua situação socioeconómica.

Não há limites quanto à residência. Na apresentação da candidatura, o cidadão tem que demonstrar que reside e pretende permanecer no concelho de Angra do Heroísmo.

Sra. d. m. Marília Vargas – O grupo municipal do Partido Socialista congratula-se com a iniciativa da criação deste regulamento que é um compromisso deste executivo camarário com vista a apoiar as famílias mais carenciadas. É uma medida de proteção social e de combate à pobreza que vai complementar o apoio já concedido pelo Governo Regional que nem sempre chega a todos, por isso o nosso voto será favorável.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – O grupo parlamentar da Coligação apoia e reconhece os méritos desta proposta, tal como o fez em reunião de Câmara. Esta medida visa atingir pessoas que estão perfeitamente caracterizadas no regulamento porque a situação respetiva não é coberta por outros esquemas de habitação, isto é, a administração regional tem um programa com a mesma finalidade que põe a concurso apenas durante um mês, por isso a medida não será tão aberta como esta.

Este apoio à habitação não corresponde em *stricto sensu* a situações de emergência como incêndio, desabrigo ou o que quer que seja, mas em *lato sensu* por situações sociais de carência, tal como aqui é indicado. O que quero dizer é que a necessidade deste programa e a

razão do nosso apoio resulta também da incapacidade dos programas até agora existentes por parte do Governo Regional, de poderem corresponder a todas as necessidades das pessoas nesta situação. A insuficiência das medidas criadas pelo Governo Regional leva a Câmara Municipal a criar os seus próprios apoios, cobrindo o mesmo universo e abrangendo exatamente o mesmo núcleo de pessoas.

O futuro dirá como tudo isto vai evoluir e nada impede a Câmara Municipal de intervir na área da habitação visto que está a responder a necessidades reais, mas interrogo se o programa regional não virá a merecer alguns ajustes porque não está a corresponder às necessidades existentes. Penso que, desta minha intervenção, resulta o nosso claro apoio a esta proposta.

O regulamento constante do Ponto 1.8 foi aprovado por unanimidade. (28/2022/AMAH).

1.9 – Balanço Social da Câmara Municipal relativo ao ano de 2021. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara – O balanço social é uma obrigação legal e tem a sua génese essencialmente nas questões do ponto de vista das idades e da igualdade de género, uma matéria em que a Câmara de Angra não está propriamente bem, o que se explica pelo facto de o nosso corpo de funcionários assistentes operacionais ser esmagadoramente masculino. Contudo, há uma razoável igualdade no que diz respeito à parte administrativa e dos técnicos superiores, verificando-se até o predomínio feminino em alguns setores. O balanço global não é o desejável mas é o que a história nos deixou.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento constante do Ponto 1.9. (29/2022/AMAH).

1.10 – TERAMB,EM – Relatório de Gestão e Contas de 2021. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Não estando aqui presente o meu colega Paulo Lima, cabe-me referir alguns aspetos que estão contemplados neste relatório. Temos um ativo no montante de 33 788 377,00 € e um passivo de 6 808 000,00 €. O volume de negócios anda próximo dos 3 102 000,00 €, sendo que, 39,85% se referem essencialmente à venda de eletricidade pela CVE (Central de Valorização Energética) e 60,15% devem-se à prestação de serviços. As despesas correntes situam-se nos 2 788 659,21 € e o montante do resultado líquido do exercício é de 44 575,22 €. Gostaria ainda de referir que, durante este ano, deu-se início a vários investimentos e ainda hoje recebi a informação respeitante à substituição do primeiro lote de serpentinas da CVE.

Sr. presidente da Câmara – Gostaria de complementar, assinalando que a TERAMB apresenta resultados positivos pelo quinto ano consecutivo. Há uns anos, a questão dos resíduos chegou a motivar-nos alguma preocupação mas, felizmente, as coisas têm sido

conduzidas no bom sentido e a TERAMB não é encargo para qualquer dos dois municípios, que são sócios, apesar de praticarmos as mais baixas tarifas do país. Nesta altura estamos a cobrar cerca de 27 euros por tonelada de resíduos que são tratados na TERAMB, enquanto as outras incineradoras andam na casa dos 60 euros por tonelada, tendo algumas ultrapassado já os 80 euros. Estamos com valores muito bons e lembro que o objetivo da TERAMB não é a obtenção de lucros. Os cerca de 40 mil euros são pouco significativos num investimento de 36 milhões mas temos conseguido manter as contas equilibradas graças ao esforço de quem lá trabalha e de todos nós, porque este acaba por ser um empreendimento coletivo.

A TERAMB terminou o seu período de funcionamento inicial e estará parada nesta e na próxima semana para que se proceda à sua grande revisão. Há um conjunto de peças de desgaste rápido que são substituídas de cinco em cinco anos, sendo estas serpentinas as mais volumosas. Para quem não sabe o que é, trata-se de uma serpentina feita de metal onde circula água que é aquecida e transformada em vapor. Estas serpentinas estão sujeitas à passagem pela fase exterior, de gases da queima de resíduos que são altamente corrosivos, daí a necessidade da sua substituição.

Este é um ano mais difícil, tal como voltará a acontecer daqui a cinco anos, mas ainda assim as coisas estão a correr manifestamente bem. Neste seu primeiro período total de funcionamento entre grandes revisões, a incineradora provou ter sido bem construída, apresentando boas condições técnicas. Foi ali feito um excelente investimento que trouxe grandes benefícios para todos nós.

Do ponto de vista das receitas, 39% provêm da venda de eletricidade, o que equivale à diminuição de 39% da taxa que pagaríamos pelo tratamento de resíduos se não houvesse esta venda. O ano passado foram vendidos 1,6 milhões de euros de eletricidade à rede, o que tem já um grande peso na autonomia energética da ilha Terceira, um aspeto de natureza ambiental extremamente positivo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Gestão e Contas da TERAMB do ano 2021. (30/2022/AMAH).

1.11 – Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo relativo ao ano de 2021. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. d. m. João Mateus – Muito boa tarde senhor presidente e restantes membros da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores.

Uma vez que faço parte da CPCJ e para evitar um conflito de interesses, gostaria de pedir temporariamente a suspensão de mandato enquanto membro da Assembleia Municipal para poder falar sobre este documento.

Sr. presidente da Mesa – Pergunto aos senhores membros da Assembleia se existe algum impedimento para que o senhor deputado João Mateus intervenha na qualidade de membro da CPCJ e nos fale do relatório em causa.

Nada a opor por parte dos senhores membros da Assembleia Municipal.

Sr. d. m. João Mateus – De acordo com a lei, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é obrigada a elaborar um relatório anual que é aprovado em janeiro pela comissão alargada e remetido para conhecimento à Assembleia Municipal, ao Ministério Público e ao Comissariado dos Açores para a Infância.

Sei que nos anos anteriores não tem sido fácil à Assembleia Municipal avaliar este documento, que era elaborado através de uma base de dados da Comissão Nacional, pré formatado e impossível de alterar. Resultava basicamente nuns números que saíam numa série de folhas e quem o quisesse interpretar, teria alguma dificuldade em fazê-lo. Na sequência da informação que nos foi prestada acerca dessas dificuldades de interpretação, este ano entendemos elaborar um pequeno relatório, que é basicamente uma síntese da forma de funcionamento da comissão, e contém também um levantamento da evolução dos dados dos últimos cinco anos consolidados em 2021.

Penso que, através do atual documento, os senhores membros da Assembleia Municipal poderão obter mais informações, tomar conhecimento de algumas situações que ali ocorrem e avaliar as dificuldades com que se depara a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório da CPCJ constante do Ponto 1.11. (31/2022/AMAH).

1.12 – Ofício da ALRAA, remetendo quatro Votos de Congratulação aprovados a 10 de março de 2022 naquela Assembleia Regional, à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do ofício constante do Ponto 1.12. (32/2022/AMAH).

2 – DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS E DA COLIGAÇÃO PPD/PSD – CDS-PP – PPM:

Sra. d. m. Luísa Barcelos – De acordo com a documentação remetida pela «nuvem», existe um conjunto de quatro votos de congratulação.

Sr. presidente da Mesa – São quatro votos mas o único que chegou à Mesa da Assembleia vem indicado como sendo uma proposta do Partido Socialista. Limitei-me a ler o ofício e a transmitir-vos o que tenho na minha posse.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Segundo o que tivemos acesso na «nuvem», foram quatro votos de congratulação: um do PS, um do PSD, um do CHEGA e um outro da Iniciativa Liberal, se não estou em erro. Apenas para que esta situação fique esclarecida em ata.

Sr. presidente da Mesa – Ficará com certeza registada em ata.

2.1 – <u>Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário da Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira. Para aprovação do órgão deliberativo municipal</u>.

Sra. d. m. Magda Ávila – *«A 27 de abril de 1972 era fundada a Associação de Dadores de Sangue de Angra do Heroísmo, agora denominada Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira, pelos sócios fundadores: doutor Mário Lima, doutor Artur Cunha de Oliveira, Francisco Paim, Mário Sousa, Gilberto Amarante e João de Ávila.*

Doar sangue é salvar vidas. Tem sido este o mote e a motivação com que a Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira tem desenvolvido a sua atuação ao longo destes 50 anos de existência com o desiderato da proteção de vidas humanas, por meio da doação desinteressada de sangue com fins terapêuticos a feridos e a doentes, independentemente da sua nacionalidade, etnia, religião, orientação sexual, condição social e económica.

Efetivamente, esta associação tem organizado todos os anos, inúmeras iniciativas de sensibilização e de promoção da dádiva de sangue por toda a ilha Terceira, envolvendo os serviços do Governo Regional dos Açores, as autarquias locais, as escolas, a Universidade dos Açores através do polo de Angra do Heroísmo, o Regimento de Guarnição N.º 1, a Base Aérea das Lajes, instituições, associações e demais sociedade civil; enfim, os vários setores da vida comunitária terceirense.

Com o desafio de agregar jovens para este dever de cidadania, que é a doação de sangue, e também para se associarem e fidelizarem esta causa, a Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira conta atualmente com cerca de 1 076 associados cujo espírito de voluntariado é um exemplo notável de amor ao próximo.

A Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira é uma instituição federada na Federação das Associações de Sangue de Portugal, assumindo a Delegação da Região Autónoma dos Açores dessa federação, que tem como missão permanente e constante, congregar vontades e recursos humanos e logísticos para assegurar uma resposta plena às necessidades de sangue através da dádiva anónima, benévola, altruísta e voluntária.

Neste momento em que se assinalam os 50 anos de existência, é devida uma palavra de reconhecimento e apreço a todos os voluntários, dirigentes, associados e demais entidades que permitiram e permitem que a Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira dê prossecução à sua mui nobre missão de incentivo à dádiva de sangue em prol da saúde e da vida do próximo, na ilha Terceira e na Região Autónoma dos Açores.

Assim, os deputados municipais eleitos pelos grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM, propõem à Assembleia Municipal, reunida em reunião ordinária no dia 27 de abril de 2022, a aprovação de um voto de congratulação pelo 50.º aniversário da Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento à Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira, aos seus sócios fundadores, ao Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira e à Unidade de Saúde da Ilha Terceira.

Angra do Heroísmo, 27 de abril de 2022.»

(Grupo Municipal do PS e Grupo Municipal da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM).

Sra. d. m. Marília Vargas – Quero congratular a Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira pelo seu 50.º aniversário. Esta associação tem feito um trabalho notável na angariação de novos dadores e na manutenção dos mesmos para salvar vidas. Já que o regulamento municipal de medalhas e insígnias o permite, gostaria de propor uma medalha de mérito municipal na área da filantropia à Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira. Deixo à vossa consideração.

Sr. presidente da Mesa – A Mesa tomará em consideração esta proposta que poderá ser apresentada de forma oficial, analisada e votada na próxima sessão desta Assembleia.

O Voto de Congratulação do Ponto 2.1 foi aprovado por unanimidade. (33/2022/AMAH).

2.2 – Voto de Congratulação pelos 530 anos do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sra. d. m. Michéle Aguiar (numa interpelação à Mesa) – Para evitar um possível conflito de interesses devido ao cargo que ocupo na administração do hospital, vou ausentar-me da sala durante a discussão e votação deste ponto.

Sr. presidente da Mesa – A Mesa agradece a postura da senhora deputada municipal.

Sr. d. m. André Castro – «*No passado dia 15 de março o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira comemorou 530 anos de existência.*

Atualmente instalado num moderno edifício com mais de 200 camas, o então Hospital de Santo Espírito de Angra foi fundado junto à Ermida do Espírito Santo, pelo capitão-donatário João Vaz Corte-Real juntamente com o juiz ordinário João Borges e outros, como consta no livro "Hospital de Angra nos seus Quinhentos Anos – Subsídios para o Seu Estudo," de Francisco Ernesto de Oliveira Martins em 1993.

Em 1832, dada a sua centralidade e a necessidade de tratar mais doentes do que a capacidade que o hospital possuía, com a mudança de regime e extinção dos conventos, foi cedido o Convento das Concecionistas ao hospital, onde funcionou durante 130 anos.

Em 1961, com a construção do novo hospital – hoje em dia designado como "Hospital Velho" – a poucos metros do antigo convento, o Hospital de Santo Espírito mudou de instalações e aí prestou cuidados durante 50 anos.

Em 2012 volta a mudar de instalações com a inauguração do novo edifício do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, construído através de uma parceria público-privada, mantendo o mesmo desígnio da sua fundação: "Acolher todos que a ele recorrem".

Tendo inicialmente servido como uma importante infraestrutura de apoio aos marinheiros que chegavam ao porto de Angra em caravelas, esta infraestrutura de saúde é hoje um Hospital multidisciplinar de referência para a prestação de cuidados de saúde, com atividade abrangente nas áreas de diagnóstico, tratamento, prevenção, investigação, ensino, reabilitação e continuidade de cuidados, assegurando a cada doente, cuidados que correspondam às suas necessidades, de acordo com as melhoras práticas clínicas e uma eficiente utilização dos recursos disponíveis.

Neste momento em que o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira perfaz o seu 530.º aniversário, após dois anos altamente exigentes e atípicos em resultado da pandemia pelo vírus COVID-19, é devida uma palavra de reconhecimento e louvor aos Conselhos de Administração do Hospital, assim como a todos os colaboradores: médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, auxiliares, administrativos e operacionais. Igualmente, a todas as empresas e entidades que lá prestam serviços.

Assim, os deputados municipais eleitos pelos grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM, propõem à Assembleia Municipal, reunida em reunião ordinária no dia 27 de abril de 2022, que seja aprovado um voto de congratulação pelos 530 anos do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

Angra do Heroísmo, 27 de abril de 2022.»

(Grupo Municipal do PS e Grupo Municipal da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM).

Sra. d. m. Marília Vargas – O Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira sempre prestou serviços, não só aos terceirenses, como também a turistas, a passageiros de navios que são resgatados pela Força Aérea Portuguesa e a pessoas com doenças agudas a bordo que, por vezes, obrigam a aterragens de emergência no aeroporto das Lajes. Deu também proteção e prestou cuidados de saúde a muitos marinheiros que, ao longo do tempo, deram à costa da ilha Terceira.

O nosso hospital esteve instalado em vários locais e desde 2012 possui umas instalações de excelência que nos permitem prestar melhores cuidados de saúde com maior diferenciação.

Não ficaria bem com a minha consciência se não dissesse que devemos ser ainda mais ambiciosos. Recentemente, falou-se muito nas idoneidades formativas. Saíram as vagas de formação no nosso hospital, no HDES e noutras unidades de saúde e ficámos muito aquém do que seria suposto porque temos capacidade para mais. Devemos querer mais para o nosso hospital, o que nos trará vantagens na fixação de médicos e no alargamento da nossa capacidade de diferenciação para que os doentes possam ser tratados cá sem a necessidade de se deslocarem ao continente.

Não posso deixar de mencionar também a prestação do nosso hospital perante a pandemia da Covid-19 que começou em março de 2020, lembrando que o nosso laboratório foi o primeiro da região a processar as colheitas do SARS-CoV-2. Durante o primeiro mês, fomos os únicos a processar essas colheitas e só nos meses seguintes é que os hospitais de Ponta Delgada e da Horta passaram também a fazê-lo. Fomos o hospital de referência na região no tratamento da Covid-19 e inicialmente todos os doentes eram trazidos para cá.

Por todas estas razões, quero congratular mais uma vez o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira e todos os seus funcionários pelas comemorações do seu 530.º aniversário.

O Voto de Congratulação pelos 530 anos do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira foi aprovado por unanimidade. (34/2022/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – Pretendo invocar o artigo 27.º do regimento que determina que, sempre que os membros da Mesa da Assembleia pretendam intervir sobre qualquer assunto, devem pedir a suspensão temporária do mandato, passando a gestão da Assembleia para a 1.ª secretária da Mesa. Uma vez que pretendo intervir a seguir acerca do Ponto 2.3, pergunto à Assembleia se me dispensa neste período de transição. Não havendo inconveniente, peço ainda para permanecer no lugar porque preciso de ler o respetivo texto no meu computador portátil.

Nada a opor por parte dos senhores membros da Assembleia Municipal.

2.3 – Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Alberto Silva Sousa. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sra. d. m. Séfora Costa – Muito bom dia senhora presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, senhor presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais e demais aqui presentes.

«*Carlos Alberto Silva Sousa nasceu no Corpo Santo, bairro oriental da cidade de Angra do Heroísmo, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Produto da formação do Sport Clube Marítimo, foi na equipa principal de Futebol do Sport Clube Lusitânia que o seu talento se mostrou durante várias temporadas, vencendo vários campeonatos de ilha e sagrando-se campeão regional de clubes por diversas vezes.*

Foi de verde e branco que se estreou no Campeonato Nacional da 2ª Divisão, com exibições de altíssimo nível que quase lhe abriram as portas para outros patamares. Médio/extremo de grande qualidade e capacidade física, Carlos Alberto fez parte de algumas das equipas mais brilhantes do clube de Angra ao lado de nomes como José do Couto, Paulo Marcelino, Serafim, João Gabriel, Álvaro Pereira, Aristides e João Amaro.

Como jogador, representou igualmente o Praiense, o Angrense e os Marítimos de São Mateus. Enquanto treinador, esteve nos Marítimos de São Mateus, no Sport Clube Os Leões, no Barreiro, no Grupo Desportivo das Fontinhas, no Vilanovense e no Barbarense. Foi campeão

terceirense quatro vezes pelo Marítimos de São Mateus e levou o Sport Clube Barbarense a um título da, então, 2ª Divisão local.

Depois de deixar o futebol federado, Carlos Alberto Sousa esteve durante largos anos, ligado às competições do INATEL como atleta e também como treinador e em clubes da freguesia de São Mateus da Calheta, onde residia.

Carlos Alberto "respirava futebol" a toda a hora pois, praticamente todas as conversas que tinha com amigos, eram sobre o desporto rei.

Partiu alguém, a quem o futebol açoriano muito deve. Carlos Alberto Silva Sousa deixou-nos no passado mês de fevereiro aos 72 anos de idade após uma luta de vários anos contra a doença, nunca virando a cara às adversidades e mostrando na vida, a mesma combatividade que exibia nos relvados onde o perfume do seu futebol não se fará esquecer.

Assim, os deputados municipais eleitos pelos grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM, propõem à Assembleia Municipal, reunida em reunião ordinária no dia 27 de abril de 2022, que seja aprovado um voto de pesar pelo falecimento de Carlos Alberto Silva Sousa e que este voto seja dado a conhecer à sua família, ao Sport Clube Lusitânia e à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Angra do Heroísmo, 27 de abril de 2022.»

(Grupo Municipal do PS e Grupo Municipal da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM).

Sr. d. m. Domingos Cunha – O grupo municipal do Partido Socialista associa-se ao Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Alberto Silva Sousa.

«*O Carlos Alberto, como era conhecido pelos amigos e companheiros, faleceu no passado mês de fevereiro com 72 anos. Nascido no bairro do Corpo Santo, freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Angra do Heroísmo, iniciou o percurso desportivo como praticante de futebol nos escalões de formação do Sport Clube Marítimo e foi no Sport Clube Lusitânia que granjeou maior notoriedade como um dos atletas de eleição e de referência no desporto açoriano e nacional.*

Foi um habilidoso e competente jogador de futebol. Para ele, e conforme o seu testemunho, considerou o ponto mais alto da sua carreira, o facto de ter jogado futebol dos 14 aos 40 anos sem ter sofrido lesões desportivas graves que condicionassem o seu desempenho.

Importa referir o seu enorme exemplo de homem e cidadão com um percurso, comportamento e estilo de vida exemplares e uma dedicação à família e aos seus, que sempre defendeu intransigentemente.

O Carlos Alberto, como está referido no Voto de Pesar a que nos associamos, jogou e foi treinador em vários clubes da ilha Terceira. Tinha uma grande paixão pelo futebol e quem com ele contactou e conviveu, como foi o meu caso, sabe que a sua boa disposição e alegria com que se entregava à vida, aos treinos, aos jogos e à competição, incentivavam os demais e fortaleciam o espírito de grupo e de equipa. As suas conversas terminavam sempre nas

peripécias dos jogos e do futebol no geral, que tanto amava. Foi um conversador nato que cativava a atenção de todos quantos o rodeavam, ao recordar cada pormenor das suas vivências com a mesma mestria com que dominava e travava a bola em cada jogada.

O jogo; era sempre o jogo que lhe proporcionava um prazer desmedido refletido na alegria e no rosto feliz das suas vitórias que ajudou a conquistar e a construir.

O Carlos Alberto nunca virou a cara à luta nem aos sacrifícios para vencer a vida. Lutou e batalhou sempre estoicamente em todos os campos que a vida lhe proporcionou. Reergueu-se com a mesma determinação e coragem quando a vida lhe traçou a perna, mas foi derrubado pela doença implacável.»

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Gostaria de referir que o Voto de Pesar que foi lido pela nossa colega Séfora Costa é uma proposta conjunta da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM e do Partido Socialista.

O Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Alberto Silva Sousa foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (35/2022/AMAH).

2.4 – Voto de Congratulação à Cozinha Económica Angrense. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sra. d. m. Valdeci Purim – Bom dia senhor presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e vereação, caros colegas deputados.

«*A Cozinha Económica Angrense é uma Instituição Particular de Solidariedade Social de Direito Canónico que se rege pelo estatuto das Instituições de Solidariedade Social e no foro canónico como associação privada de fiéis. Tem como seu patrono o Senhor dos Passos.*

A Cozinha Económica Angrense comemorou 125 anos no passado dia 17 de abril de 2022. Foi fundada por iniciativa da ilustre dama terceirense, a senhora D. Maria Guilhermina de Bettencourt Mesquita e inaugurada em 17 de abril de 1897, tendo os seus primeiros estatutos sido elaborados em 5 de agosto do mesmo ano e assinados por uma comissão fundadora constituída pelos senhores Alfredo da Silva Sampaio, Gervásio Lourenço, Manuel de Macedo Pereira, António Miguel da Silveira Moniz, Alfredo Pamplona Machado Corte-Real, João de Lemos Bettencourt e José Maria Coelho de Lima. No dia 9 de novembro de 1897 estes estatutos foram aprovados por alvará do Governo Civil de Angra do Heroísmo.

A Instituição surgiu cerca de três anos depois da instalação da primeira cozinha económica promovida pela Sociedade Protetora das Cozinhas Económicas de Lisboa fundada por D. Maria Luísa de Sousa Holstein, Terceira Duquesa de Palmela.

A Cozinha Económica Angrense tinha como finalidade, a distribuição diária e gratuita de refeições a pessoas ou famílias carenciadas em número não inferior a vinte, que se encontrassem em situação de recorrerem aos seus serviços de cariz social e caritativo.

Com o terramoto do dia 1 de janeiro de 1980, a sede da Cozinha Económica Angrense sofreu graves danos estruturais que condicionaram a sua atividade.

Com a consciência do papel social e caritativo que desempenhava, uma comissão administrativa presidida pelo senhor padre doutor João Maria Borges da Costa Barcelos, da qual também fizeram parte o doutor Luís Filipe Cota Bettencourt Moniz Barreto, o senhor Humberto Sérgio Ávila, o senhor Paulo Lima e o senhor Miguel Teles, começou a renovar os anteriores estatutos e a restaurar o quadro social da instituição.

Com a colaboração do Governo Regional, a sede da Cozinha Económica Angrense foi totalmente restaurada e construída uma nova cozinha para a confeção das refeições.

Celebrado um acordo de cooperação e funcionamento com o Instituto de Solidariedade Social dos Açores (ISSA), que contou com o apoio do Banco Alimentar e de outros proventos, a Cozinha Económica Angrense continua a confecionar e a fornecer refeições diárias a pessoas, famílias ou outras instituições que, por indicação do ISSA, se encontrem em situação de recorrerem a este apoio social, agora não gratuito, consoante o rendimento mensal de cada pessoa.

A sua ação estende-se a todas as freguesias da cidade de Angra do Heroísmo com exceção da freguesia de São Bento e de outras localidades, desde que os beneficiários lá se desloquem para levantar as refeições. O mesmo acontece com os associados, mediante encomenda e pagamento.

Atualmente a Cozinha Económica Angrense tem capacidade instalada para 100 refeições diárias. A par do fornecimento de refeições, distribui também cabazes com géneros alimentícios a pessoas ou famílias que se encontrem em situação de urgente necessidade alimentar.

Por iniciativa dos seus presidentes, o padre doutor João Maria Mendes e o doutor Ricardo Barros, a Cozinha Económica Angrense contribuiu para a instalação do Banco Alimentar Contra a Fome na ilha Terceira, constituindo-se depois como Comissão Instaladora até ao início do funcionamento do Banco Alimentar que passou para o âmbito da Associação Terceirense de Combate à Insuficiência Alimentar (ASTECIA) constituída para tal fim.

A Cozinha Económica Angrense foi também, durante vários anos, o polo de distribuição do PCAC (Programa Comunitário de Apoio a Carenciados), atualmente denominado POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas).

Através dos seus recursos humanos – Técnica de Serviço Social – a Cozinha Económica Angrense integra vários grupos de trabalho de apoio à comunidade carenciada e a outras iniciativas promovidas pelas IPSS da ilha Terceira. Desenvolve ainda outras ações através do Centro de Emergência Social do ISSA na deteção de casos de emergência, bem como na confeção de refeições em resposta às solicitações.

Os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM, ao abrigo das disposições regimentais em vigor, propõem à Assembleia Municipal, reunida em sessão

ordinária no dia 27 de abril de 2022, que seja aprovado um Voto de Congratulação pelos 125 anos da Cozinha Económica Angrense e que o voto seja dado a conhecer à direção da instituição, ao Instituto de Solidariedade Social dos Açores e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Angra do Heroísmo, 27 de abril de 2022.»

(Grupo Municipal do PS e Grupo Municipal da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM).

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – O grupo municipal da Coligação associa-se a este Voto de Congratulação à Cozinha Económica Angrense pelo extraordinário trabalho realizado, pelos objetivos atingidos e por todos aqueles que tem servido ao longo de um século e um quarto. A Cozinha Económica Angrense viu o seu edifício ser destruído pelo sismo de 1980; como qualquer instituição, sobreviveu e foi-se atualizando no sentido de dar, cada vez mais respostas, por isso lhe prestamos a nossa justa homenagem.

Sra. d. m. Marília Vargas – Gostaria de anunciar que, na próxima sessão da Assembleia Municipal, vamos apresentar uma proposta de atribuição de uma medalha de mérito municipal à Cozinha Económica Angrense.

Sr. presidente da Mesa – Sobre esse assunto, mantenho a mesma interpretação relativamente ao que foi anteriormente referido acerca do 50.º aniversário da Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira. Agradeço que esse ponto possa ser agendado para ser debatido e aprovado na próxima sessão da Assembleia.

O Voto de Congratulação à Cozinha Económica Angrense foi aprovado por unanimidade. (36/2022/AMAH).

3 – DA COLIGAÇÃO PPD/PSD – CDS-PP – PPM:

3.1 – Proposta de criação do Prémio Literário Álamo Oliveira destinado a Jovens Escritores. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – «*Os prémios literários constituem um importante recurso de promoção e divulgação da cultura e do património literário em língua portuguesa e de estímulo à criação literária e à escrita, nomeadamente por jovens escritores. Vários são os prémios literários existentes em Portugal, homenageando autores de relevo regional, nacional e internacional, como é o caso do Prémio Literário José Saramago, o Prémio Literário António Gedeão, o Prémio Literário Florbela Espanca, o Prémio Literário Edmundo Bettencourt e o Prémio Literário Natália Correia.*

A ilha Terceira e a cidade de Angra do Heroísmo têm um património cultural rico, vasto e diverso, no qual a música, o teatro e a literatura coexistem em harmonia, sendo de destacar o contributo de várias editoras e entidades, como seja o Instituto Açoriano de Cultura e o

Instituto Histórico da Ilha Terceira, assim como o contributo de vários autores para a promoção desta matéria.

De vários autores que contribuíram para a cultura e a literatura na ilha Terceira e em Angra do Heroísmo, José Henrique do Álamo Oliveira, oriundo da freguesia do Raminho, é uma marca indelével e um dos nomes mais representativos da açorianidade literária, com uma capacidade de criação inesgotável demonstrada em cerca de 40 livros publicados e traduzidos em inglês, italiano, espanhol, croata, esloveno e japonês, além de mais de uma dezena de antologias de poesia e de ficção narrativa onde está representado.

Com mais de 62 anos de escrita publicada, Álamo Oliveira é poeta, romancista, dramaturgo, novelista, contista, cronista, letrista e ensaísta (nas áreas da literatura, da sociologia, da antropologia cultural), sendo também coordenador do suplementarismo cultural, palestrante, ilustrador e autor de capas de livros.

Esta capacidade de criação inovadora e renovadora de Álamo Oliveira, expressa na sua obra e nas várias distinções que já recebeu, preconiza a criação de um prémio literário para jovens escritores com vista a incentivar e apoiar o desenvolvimento das artes literárias, a fomentar o gosto pela leitura e pela escrita, promovendo e valorizando a diversidade cultural e de pensamento.

Assim, os Deputados Municipais eleitos pela coligação Pela Nossa Terra, propõem à Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 27 de abril de 2022, que seja aprovada a criação do Prémio Literário Álamo Oliveira, destinado a Jovens Escritores. Consequentemente, a Assembleia Municipal deverá elaborar o respetivo Regulamento.

Angra do Heroísmo, 27 de abril de 2022.»

(Grupo Municipal da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM).

Sr. d. m. José Toste – Em representação do grupo municipal do Partido Socialista, congratulo-me com a proposta aqui apresentada. Ninguém duvida que Álamo Oliveira é uma das figuras maiores da literatura regional e nacional. A criação deste prémio é um devido reconhecimento ao autor e também uma forma de promoção da escrita e da literatura açoriana.

O grupo municipal do Partido Socialista concorda com a fundamentação aqui apresentada para a criação deste prémio literário e o facto de esta proposta não ter sido apresentada de forma conjunta prende-se unicamente com uma questão formal que tem a ver com o funcionamento da Assembleia Municipal.

A parte final da proposta remete para a Câmara Municipal, a elaboração do regulamento deste prémio, ou seja, é aqui deliberado que uma competência própria da Assembleia Municipal seja reencaminhada para a Câmara Municipal. Unicamente por este aspeto formal, entende o grupo municipal do Partido Socialista, que não pode ser delegada no executivo camarário, uma competência que deve ser exercida pela Assembleia Municipal. Fazendo o paralelismo com a Assembleia Legislativa Regional, é aquilo a que o senhor Dionísio Sousa chamava de «transformação de uma assembleia legislativa em assembleia resolutiva».

Não obstante a nossa concordância com a fundamentação para criação deste prémio literário, o que aqui nos separa é uma questão formal de valorização desta Assembleia Municipal.

No seguimento do que foi aqui afirmado, o grupo municipal do Partido Socialista disponibiliza-se, em colaboração ou não sendo possível em modo próprio, para apresentar a esta Assembleia, um regulamento municipal relativo ao prémio literário que agora se cria e que votaremos favoravelmente.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara Municipal associa-se a esta proposta que surge em boa hora por ser uma homenagem merecida e um processo que poderá resultar numa maior promoção literária no nosso concelho.

Perante a impossibilidade de outra solução, a obra completa de Álamo Oliveira acaba de ser publicada com financiamento da Câmara Municipal. Sentimo-nos muito honrados por sermos o editor de uma obra com um relevo literário e cultural tão elevado.

Quanto a mim, o prémio deverá ser bienal porque a criação literária não acontece todos os dias. Estou certo que os dois grupos municipais com representação nesta Assembleia estarão de acordo com esta matéria e desde já disponibilizo a colaboração da Câmara no sentido de se criar, para a próxima sessão desta Assembleia, um bom regulamento que permita rapidamente pôr em prática esta boa intenção aqui apresentada. Da parte da Câmara, damos os parabéns pela ideia, manifestando a nossa adesão e vontade de fazermos também parte deste processo.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Ouvimos com atenção a intervenção do nosso colega deputado municipal José Toste, que me parece perfeitamente adequada, e desde o início pretendíamos envolver a Câmara Municipal para que houvesse uma articulação desejada. A Câmara dispõe de quadros próprios e, por mais empenhados que sejamos na nossa cidadania, nem sempre temos a competência para a criação de regulamentos desta natureza. Contudo, é também muito válido o argumento de que, tal como na taxa turística, não devemos abdicar daquilo que é nosso, ocupando o nosso espaço.

Estou de acordo com a sugestão feita e, tal como hoje aconteceu na apreciação de um documento proveniente de um grupo de trabalho constituído por esta Assembleia, proponho ao senhor presidente da Mesa que aceite uma emenda do texto e seja a Assembleia Municipal a estabelecer o regulamento através de um grupo de trabalho constituído para o efeito, naturalmente em articulação com o executivo.

Sr. presidente da Mesa – A Mesa terá em consideração esta forma de requerimento oral e relembro que ainda temos um grupo de trabalho para rever o regimento desta Assembleia.

Tendo em conta a alteração introduzida em sessão, a proposta constante do Ponto 3.1 foi aprovada por unanimidade e aclamação. (37/2022/AMAH).

3.2 – Proposta para transmissão audiovisual das sessões da Assembleia Municipal. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sra. d. m. Sónia Pimentel – Boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

É de salientar que não seria a primeira vez que teríamos a transmissão em direto e na íntegra das nossas sessões da Assembleia Municipal, o que foi feito no mandato anterior por altura do confinamento com um número significativo de visualizações, talvez mais de sessenta numa das transmissões, se não estou em erro.

Depreendendo-se assim que a visualização *online* das sessões da nossa Assembleia talvez seja mais prática do que a deslocação dos munícipes à Câmara Municipal, passo a ler a proposta:

«*Considerando ser habitual efetuarem-se gravações e transmissões das reuniões da Assembleia Municipal, atendendo ao caráter público das sessões do órgão deliberativo conforme o artigo 49.º, n.º 1 do anexo 1.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro que permite a qualquer cidadão assistir às mesmas, uma vez que são discutidos assuntos do interesse público geral da comunidade.*

Considerando o facto do carácter público das reuniões e sessões dos órgãos deliberativos das autarquias locais estar contemplado na própria constituição da República Portuguesa no seu artigo 116, n.º 1 que refere que são públicas as reuniões das assembleias que funcionem como órgãos de soberania das regiões autónomas ou do poder local.

Considerando o caráter público que preside às reuniões ou sessões da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo conforme o que consta no artigo 38.º do seu regimento, assim como, considerando já ter havido recurso à transmissão audiovisual das sessões em anterior mandato de forma temporária por altura do confinamento motivado pela pandemia da Covid-19.

Considerando que as sessões das assembleias municipais são obrigatoriamente públicas na medida em que este órgão autárquico desenvolve uma atividade pública na persecução do interesse coletivo, pelo que os munícipes devem ter ao seu dispor, formas que permitam acompanhar essa atividade, nomeadamente através do recurso à difusão multimédia encarada numa perspetiva de modernização administrativa.

Considerando que a natureza pública das sessões da Assembleia Municipal dispensa o consentimento das pessoas retratadas, por decorrerem, de facto, publicamente.

Considerando que qualquer gravação ou transmissão das sessões da Assembleia Municipal deve ser precedida de decisão do órgão autárquico.

Os deputados municipais eleitos pela Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM propõem à Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 27 de abril de 2022, que seja aprovada a transmissão audiovisual das sessões da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e que a Mesa desta Câmara efetue os procedimentos necessários para assegurar essa transmissão.»

Angra do Heroísmo, 27 de abril de 2022.»

(Grupo Municipal da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM).

Sra. d. m. Marília Vargas – Temos algumas reservas em relação à proposta de transmissão *online* porque a transmissão anterior foi feita na altura do confinamento, as pessoas estavam em casa e tinham outra disponibilidade e não sabemos se vai ser alcançado o efeito pretendido. Não obstante, vamos claramente votar a favor com a possibilidade de uma revisão posterior porque sabemos que as pessoas preferem ver nas redes sociais, vídeos curtos com mensagens rápidas. Talvez o resumo que temos atualmente com as várias intervenções na sessão, seja uma melhor forma de fazer chegar a mensagem, do que a transmissão integral de toda a sessão em que os visualizadores não serão os mesmos num ou noutro determinado momento. Não sei se a transmissão será realmente eficaz mas vamos à experiência, votando favoravelmente esta proposta com algumas reservas.

A proposta constante do Ponto 3.2 foi aprovada por unanimidade. (38/2022/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – Gostaria de informar a Assembleia Municipal que a próxima sessão ordinária decorrerá no dia 15 de junho de 2022.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – De acordo com uma reflexão acerca das marcações de datas, aceitamos que não seja possível a marcação anual de acordo com a proposta do nosso colega, o professor Tomaz Dentinho, já que as sessões da Assembleia que envolvem questões de orçamento e prestação de contas, não podem ficar sujeitas à fixação de uma data no princípio do ano. O regimento, tal como está, resolve o assunto porque o senhor presidente da Mesa acabou de anunciar a próxima reunião para o dia 15 de junho, mas deixo a sugestão para a possibilidade de se aumentar o espaço de tempo entre a Conferência de Líderes e a respetiva reunião devido a uma série de diligências que precisamos de fazer nesse intervalo.

Sabemos que desta vez foi especialmente difícil devido à coincidência com reuniões da Assembleia Legislativa Regional e a um fim de semana prolongado devido ao feriado da segunda-feira, mas ajudaria muito se pudéssemos analisar as propostas com mais antecedência.

Sr. presidente da Mesa – A Mesa terá em consideração essa recomendação e essa vontade. Como disse há pouco, está constituída uma comissão para fazer a revisão do nosso regimento, podendo ser adaptadas e melhoradas algumas situações da Lei 75/2013 que tem a ver com o poder local. Como sabem, pelo artigo 10.º, a Assembleia Municipal reúne ordinariamente nos meses de fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro. Tal como disse o senhor deputado, as sessões de abril e as de novembro ou dezembro são difíceis de agendar com antecedência porque têm a ver com as contas e com o fecho da atividade camarária, mas não vejo qualquer impedimento para algum consenso acerca das datas das restantes sessões. Se estiverem de acordo, deixo a possibilidade de adaptarmos, sempre que possível. Para já, será mediante o interesse de todos, posteriormente terá que ser cumprido o que ficar estipulado no regimento.

O prazo para a Conferência de Líderes não está definido no regimento da Assembleia Municipal mas, pelo que fui ver e tem sido tradição, a reunião ocorre sempre oito dias antes

da respetiva sessão da Assembleia e tem um pouco a ver com os documentos que são aprovados nas reuniões da Câmara Municipal e depois remetidos à Assembleia para apreciação. De qualquer modo, num futuro imediato e depois da revisão do regimento, teremos sempre a capacidade de diálogo e a possibilidade de nos acertarmos, encontrando um ponto de equilíbrio de acordo com os interesses.

A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 13h20m do dia 27 de abril de 2022, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

_____

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

A 1ª Secretária

_____

Tânia Gil da Rocha Lemos